

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARISSA BASTOS

O PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E OS USOS DAS TECNOLOGIAS  
DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

MATINHOS  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARISSA BASTOS

O PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E OS USOS DAS TECNOLOGIAS  
DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Trabalho apresentado como requisito parcial  
à obtenção do grau de Bacharel em Serviço  
Social no curso de graduação em Serviço  
Social, Setor Litoral da Universidade  
Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Édina Mayer  
Vergara

MATINHOS  
2015

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer e dedicar este trabalho primeiramente a minha amada mãe Elisabete Aparecida, pois jamais seria possível concluí-lo sem seu apoio incondicional, sua insistência e crença que esse momento chegaria. Muito obrigada!

Agradeço ao meu amado companheiro Rodrigo Bernardo, que chegou para tornar minha caminhada mais alegre e amorosa, por toda cumplicidade, força e auxílio.

Sou grata também, ao meu padrasto José Maria, por não medir esforços em me prestar auxílio sempre que precisei, e por todo incentivo dado para a conclusão da minha graduação.

Minha gratidão às várias pessoas que nesta trajetória cruzaram meu caminho e permitiram as reflexões a que cheguei, certamente não lembraria aqui de todas, mas em especial quero agradecer a Prof<sup>a</sup>. Édina Mayer Vergara, por sempre me acolher e ouvir, por compartilhar seu conhecimento e iluminar minha caminhada acadêmica, ao Prof<sup>o</sup>. Antonio Sandro, por toda contribuição e orientação em minhas reflexões sobre este tema, e a todos os professores e professoras que passaram pelo meu caminho deixando sementes de uma formação profissional compromissada com a liberdade e autonomia.

Agradeço a todos os colegas, companheiros de viagem do PDUR, tanto para os que passaram, deixando sementes, quanto aos que permanecem. Sou grata pela troca de conhecimento e carinho nesses dois anos juntos, que nos bons ou maus momentos fizeram valer a minha caminhada nesta Universidade, pela convivência e aprendizado que seguirá comigo por toda vida.

Agradeço aos alunos da turma 2010 do curso de Serviço Social, com os quais iniciei minha trajetória, e aos alunos da turma 2011, com os quais venho a finalizar, todos os debates e trocas foram muito importantes para que eu chegasse até aqui.

Por fim, não poderia deixar de agradecer a oportunidade que foi cursar essa graduação na UFPR Setor Litoral, onde o ensino respeita a autonomia estudantil e onde aprendi a perceber criticamente a realidade, a desenvolvendo com liberdade e protagonismo, a qual a construção foi possível devido às relações que estabeleci com a diversidade dos sujeitos que tive contato nessa Universidade.

As fronteiras foram riscadas no mapa,  
A Terra não sabe disso: são para ela tão inexistentes  
Como esses meridianos com que os velhos sábios  
a recortaram como se fosse um melão.  
É verdade que vem sentindo há muito uns pruridos  
Uma leve comichão que às vezes se agravava:  
Ela não sabe que são os homens...  
Ela não sabe que são os homens com suas guerras  
E os outros meios de comunicação.

Mário Quintana

## RESUMO

Este trabalho foi elaborado a partir da práxis vivenciada no projeto de extensão intitulado Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional – PDUR, da Universidade Federal do Paraná. O presente trabalho consiste numa problematização sobre os usos das tecnologias da informação e comunicação – TIC’s, para o enfrentamento das expressões da “questão social” no município de Morretes – Paraná. O uso das TIC’s hegemonicamente esteve direcionado para suprir demandas do capital, o que incrementou as desigualdades sociais, emergindo novas formas de exclusão. Este trabalho almeja refletir sobre os modos de uso das TIC’s, trazendo o diálogo entre estas e sua utilização no/pelo Serviço Social, bem como avaliar e apontar possibilidades de usá-las para intervenção na realidade concreta dos excluídos historicamente de acesso e uso dessas tecnologias no município de Morretes. Adentra brevemente no contexto histórico dessas tecnologias e suas determinações na sociedade, trazendo para reflexão a exclusão social e digital, os limites e possibilidades de sua utilização no Serviço Social, a partir de literatura específica. Assim, tem por objetivo caracterizar as demandas dos idosos do município, a partir de levantamento de dados, a fim de avaliar o uso e efetividade das TIC’s, apontando para a possibilidade de criação de uma rádio comunitária (parte das TIC’s) para intervenção na realidade concreta desses sujeitos, por ser uma tecnologia presente em grande parte dos domicílios da região. Para tanto, se faz necessário aprofundarmos o debate sobre as TIC’s no interior da profissão e na academia, além de reavaliarmos o papel de educadores sociais, e da potencialidade desses meios que podem ser estratégicos para materialização de direitos e emancipação cidadã.

Palavras-Chave: Tecnologias da Informação e Comunicação. Serviço Social. Mídia Rádio.

## **ABSTRACT**

This work was drawn from the practice experienced in the extension project entitled Development Programme Urban and Regional - PDUR of the Federal University of Parana. This work is a questioning about the uses of information and communication technologies - ICTs, to face the expressions of the "social question" in the city of Morretes - Paraná. The use of ICTs hegemonic been directed to meet the demands of capital, which increased social inequalities, emerging new forms of exclusion. This paper aims to reflect on the ways of use of ICTs, bringing the dialogue between them and their use in / Social Service, and to assess and point out possibilities of using them for intervention in the concrete reality of the excluded historically access and use of these technologies in the city of Morretes. Enters briefly at the historical context of these technologies and their determinations in society, bringing to reflect social exclusion and digital, the limits and possibilities of its use in social work from the literature. Thus aims to characterize the demands of the municipality old, from data collection in order to evaluate the use and effectiveness of ICT, pointing to the possibility of setting up a community radio (part of ICT's) for intervention in reality concrete these subjects, being a technology present in most households in the region. Therefore, it is necessary to deepen the debate on ICT within the profession and academia, in addition to re-evaluate the role of social educators, and potential of these instruments to be strategic for realization of rights and citizen empowerment.

Keywords: Information and Communication Technologies. Social Service. Media Radio

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - MORADORES DO MUNICÍPIO DE MORRETES.....	32
--	----

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL (CFEM) – 2014.....	59
TABELA 2 – ÁREA COM MAIOR CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL.....	60
TABELA 3 – POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DOMICÍLIO E SEXO.....	60
TABELA 4 – UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MORRETES COM ENDEREÇAMENTO.....	61
TABELA 5 – POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SEXO – 2010.....	62
TABELA 6 – RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DA SAÚDE DE MORRETES – 2013.....	63
TABELA 7 – ÓBITOS (CID 10) SEGUNDO TIPOS DE DOENÇAS – GERAL – 2012.....	64
TABELA 8 – COEFICIENTE DE MORTALIDADE PARA ALGUMAS CAUSAS SELECIONADAS (POR 100.000 HABITANTES).....	65
TABELA 9 – POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA – 2010.....	65
TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS INTERNAÇÕES POR GRUPO DE CAUSAS E FAIXA ETÁRIA SELECIONADAS – CID 10.....	66
TABELA 11 – MORTALIDADE PROPORCIONAL (%) POR FAIXA ETÁRIA SEGUNDO GRUPO DE CAUSAS – CID 10.....	66
TABELA 12 – CADASTRO DE HIPERTENSOS NO MUNICÍPIO DE MORRETES DO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2014.....	67
TABELA 13 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO BENS DURÁVEIS – 2010.....	76

## LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

ANDES – SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino

APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários

CFEM – Compensação Financeira por Exploração Mineral

CGU – Controladoria Geral da União

CVT – Centro Vocacional Tecnológico

DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

GVSIG – Sistema de Informação Geográfica do Governo de Valência

HC – Hospital de Clínicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PA – Projeto de Aprendizagem

PI – Projeto de Intervenção

PBM – Pesquisa Brasileira de Mídia

PDUR – Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROEXT – Pró Reitoria de Extensão

SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 TRAJETÓRIA ACADÊMICA</b> .....	19
<b>3 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL – PDUR</b> .....	24
3.1 COLETIVO ÁGUAS DE MARÇO E PDUR.....	24
3.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL – PDUR E PROJETOS VINCULADOS.....	29
3.2.1 Projeto “Nova Cartografia Social do Litoral Paranaense como Instrumento de Planejamento Urbano e Regional: a experiência de Morretes”.....	31
3.2.2 Projeto “Observatório de Geotecnologias Sociais”.....	33
3.2.3 Comunidade de Morro Alto, Morretes – Paraná e PDUR.....	36
<b>4 DIÁLOGO ENTRE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: AS DETERMINAÇÕES A PARTIR DO USO DA TIC</b> .....	40
4.1 DESIGUALDADE NO ACESSO A INFORMAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....	52
<b>5 CARACTERIZAÇÃO DAS DEMANDAS DO SEGMENTO IDOSO NO MUNICÍPIO DE MORRETES – PARANÁ</b> .....	59
5.1 MÍDIA RÁDIO COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE MORRETES – PARANÁ.....	71
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	80
<b>7 REFERÊNCIAS</b> .....	84

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de experiências e vivências obtidas durante o período de estágio curricular obrigatório no projeto de ensino, pesquisa e extensão intitulado Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional - PDUR. O estágio teve início no 5º período da graduação em Serviço Social na UFPR Setor Litoral e estendeu-se até o final do 6º período.

Durante minha participação enquanto estagiária no PDUR e posteriormente como bolsista no Programa, pude viver um dos melhores momentos da minha graduação, uma imersão em campo, com sujeitos de vasto conhecimento, que me contemplam em vários aspectos. Tal oportunidade me possibilitou usufruir de uma experiência riquíssima com a comunidade foco das ações do programa, a comunidade de Morro Alto que se localiza na cidade de Morretes - PR.

A partir dessa vivência foi possível compreender e identificar quais as possibilidades, limitações e desafios que os profissionais do Serviço Social encontram na busca pela materialização e dilatação de direitos e emancipação cidadã dos sujeitos, por se tratarem de profissionais que atuam no planejamento e execução de políticas públicas.

Porém, não foram somente com os desafios postos ao Serviço Social que me deparei neste caminho de pesquisa. Estava me inserindo num local esquecido, onde o acesso a direitos básicos como saúde, educação e moradia é precário ou nem existe, bem como o acesso a tecnologias de informação e comunicação - TIC é incipiente, ou nem se tem, levando a um retrocesso no acesso à informação, inclusão digital e social.

Vivemos numa sociedade informatizada, onde as coisas acontecem no mundo virtual. A rápida circulação de informações é um fenômeno que interfere na vida social, política, cultural e econômica dos indivíduos, estar incluso digitalmente e acessar informação com igualdade tornou-se essencial para

participação política democrática, para o mercado de trabalho, para gestão da vida e para as relações sociais.

Diante das reflexões com o grupo de trabalho do Programa, com a comunidade assistida por esse e com colegas e professores na academia, notou-se a emergência de se apropriar criticamente das tecnologias de informação e comunicação – TIC's. Pois a partir do caráter contraditório das relações sociais em que se inserem essas tecnologias, onde hegemonicamente seu uso se dá pelo capital para sustentar e aprimorar seu sistema, se enxerga também a possibilidade de utilizá-las para atender aos interesses dos sujeitos excluídos tanto digitalmente quanto socialmente.

Durante minha trajetória acadêmica, cada vez mais percebia a ausência de conhecimento que eu mesma possuía sobre os recursos de informação e comunicação, e como os utilizava passivamente, ou seja, apenas via uma utilidade mecânica nessas tecnologias. E achava necessário somente ter o conhecimento técnico e operacional destas, pois ainda não cogitava a infinidade de possibilidades que elas poderiam atender se as enxergasse criticamente. Porém, a reflexão sobre as TIC's se aprimorava a cada debate, a cada pesquisa, abrindo um leque de probabilidades para o uso e domínio dessas tecnologias, para as intervenções do Serviço Social, o qual não enxergava antes.

Toda a experiência que obtive no Programa, com os colegas da academia, bem como os professores envolvidos nesta temática, possibilitou que desenvolvesse um olhar desvelado sobre as tecnologias, olhar esse que ultrapassa a máquina que esta posta, que vai além do uso pelo uso.

As atividades realizadas no projeto se deram primariamente com o aprendizado sobre metodologias para realizar levantamentos de dados, com a utilização de banco de dados, indicadores nacionais, sistemas de informação, sites e portais que disponibilizam dados dos mais variáveis, bem como aprender a sistematizá-los e cruzá-los. A partir disso foi possível desenvolver pesquisas tanto com dados da área da saúde, quanto da habitação, assistência e educação.

Quando iniciei as pesquisas primárias para a produção do projeto de intervenção – PI (documento necessário para prosseguir com o estágio e com a graduação em Serviço Social) visualizei lacunas no âmbito da saúde no município de Morretes, em especial no que se refere à saúde do idoso. O intuito de se ampliar o conhecimento da realidade vivida pelos indivíduos idosos fortalece e aprimoram ações de promoção à saúde e prevenção de doenças que atingem esse contingente da população e, a partir disso, passei a me aprofundar na pesquisa sobre a saúde no município.

Perante a pesquisa que vinha se aprofundando, desenvolvi estudos sobre a Política de Saúde, como se dá a organização e estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a importância dos conselhos municipais, suas ações desenvolvidas e a história da Saúde Pública no Brasil. Nesse estudo pude conhecer o histórico sobre a luta dos trabalhadores em consolidar uma saúde universal, a criação da Lei nº8.080/2000 que garante a universalidade, a equidade e a integralidade do serviço da rede pública, partindo por fim, para os estudos das políticas e ações desenvolvidas para promoção da saúde do idoso no Brasil.

Concomitante a pesquisa, pude me aproximar da questão dos idosos no Brasil e no município de Morretes, realizando levantamento bibliográfico de documentos legais importantes para garantia de direitos, proteção e consolidação da cidadania desse grupo. As Leis nº 8.842 de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e a Lei nº 10.741 de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, bem como a Portaria 1395/GM de 1999 do Ministério da Saúde que dispõe sobre a Política de Saúde do Idoso, são documentos importantes no processo de garantia e ampliação dos direitos dos idosos no Brasil.

O serviço social atua como um grande facilitador na organização e planejamento de ações voltadas para a população, a partir de um referencial teórico e técnico e seu caráter interventivo da profissão, sendo importante desenvolver leituras territoriais consistentes. Diante do exposto, desenvolvi um estudo exploratório sobre a rede de atenção à saúde no município de Morretes,

sistematizando informações oriundas de banco de dados nacionais, estaduais e municipais como: IBGE, DATASUS, IPARDES, PNAD, CNES, SIAB, etc, além de informações que foram repassadas pela Secretaria de Saúde e Secretaria de Ação Social de Morretes, podendo assim, concluir o relatório final de estágio - RF (documento que reúne a pesquisa desenvolvida durante o período de estágio e possibilita prosseguir com a graduação), apontando para limites e possibilidades no acesso à saúde no município.

Como estava sendo apresentada a um mundo novo de possibilidades de uso dessas tecnologias para outros fins, passei a me interessar também por esse tema. Iniciei a pesquisa sobre as tecnologias da informação e comunicação, sobre literaturas no âmbito do Serviço Social que abrangiam esta temática, bem como outros autores reconhecidos que abordam o tema.

Neste trabalho, problematizarei os modos de uso das tecnologias da informação e comunicação - TIC, apontando meios de utilização que potencializem possíveis intervenções com vistas ao enfrentamento de expressões da questão social no município de Morretes. A partir das demandas dos idosos no município - ampliando a pesquisa desenvolvida durante o estágio curricular obrigatório – é possível visualizar os limites e possibilidades do uso das TIC's como meio de intervenção na realidade concreta.

Diante disso, para fundamentar a presente pesquisa realizei um levantamento bibliográfico sobre o tema, onde as principais análises que utilizarei sobre a temática que envolve o acontecimento das tecnologias e seus conceitos estão contidas na obra “A Sociedade em Rede” de Manuel Castells (2000). Sobre as tecnologias da informação e comunicação e Serviço Social, a pesquisa fundamentou-se na obra “Serviço Social, Trabalho e Tecnologia de Informação” de Renato Veloso (2011), e também, nos vários textos que compõe o livro “Mídia, Questão Social e Serviço Social” organizado por Mione Apolinário Sales (2011) e Jefferson Lee de Souza Ruiz (2011), o qual traz para debate e reflexão a compreensão da comunicação como uma arena estratégica para a disputa de projetos da sociedade, ponderando o papel da comunicação no século XXI, relacionando e a resignificando com diversas expressões da

questão social, políticas sociais e direitos dos usuários, e tendo como mediações os princípios éticos e a práxis profissional.

Além dessas obras também serão utilizadas bibliografias pertinentes que trazem informações que adentram a perspectiva histórica das TIC's, bem como as transformações que estas trouxeram em todas as esferas da sociedade, e como a sociedade atual está lidando com as inovações tecnológicas, trazendo para reflexão temas como inclusão digital, questão digital e social.

Os dados apresentados sobre as demandas, dentre outras, as dos idosos do município de Morretes, foram retiradas de sistemas de informações que trazem registros de inúmeras estatísticas sobre o Brasil, o Estado do Paraná e o município em destaque, tais como: IBGE, DATASUS, PNAD, IPARDES, entre outros.

No primeiro capítulo deste trabalho, descrevo minha trajetória acadêmica na UFPR Setor Litoral, com objetivo de apresentar os motivos que me fizeram chegar a esta pesquisa, bem como todas as experiências que vivenciei durante minha permanência na academia.

No segundo capítulo, apresentarei informações sobre o Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional – PDUR, trazendo um apanhado histórico sobre sua gênese, descrevendo seus objetivos e projetos vinculados, bem como as atividades que pude vivenciar durante o estágio e enquanto bolsista no Programa.

No terceiro capítulo, sucintamente adentro aos aspectos históricos das inovações tecnológicas, porém como não é o objetivo deste trabalho aprofundar a análise histórica, não irei me alongar neste campo, trazendo apenas o que é pertinente para o agora, neste caso, o contexto histórico que envolve a inserção das inovações tecnológicas na sociedade e no mundo do trabalho, bem como as determinações recorrentes de sua utilização com objetivos hegemonicamente voltados aos interesses da manutenção do capitalismo. Abordarei o diálogo entre o uso dessas tecnologias e o Serviço

Social, debatendo acerca da exclusão digital e social, o acesso à informação e comunicação, aprofundando a reflexão sobre o tema desde sua gênese, descrevendo as pesquisas atuais sobre o acesso da população brasileira as novas tecnologias de informação e comunicação, contrastando com as informações sobre a condição atual do município de Morretes.

No último capítulo, é ilustrada a caracterização das demandas do segmento idoso do município, para desenvolver um exercício concreto de avaliação da possibilidade de uso da mídia rádio como meio de democratizar o acesso à informação e comunicação, observado que historicamente essa população vem retrocedendo no que tange a participação popular e no exercício da cidadania, sendo excluídos tanto digitalmente quanto socialmente.

Por fim, apresentarei nas considerações finais, uma análise do exposto na pesquisa, possibilitando enxergar os limites e possibilidades frente às desigualdades sociais no município de Morretes, apontado para os desafios que o Serviço Social encontra na contemporaneidade, frente uma sociedade em que as TIC's tornaram-se espaço de disputa de classes.

## 2 TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Ingressei no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – UFPR Setor Litoral no ano de 2010. No início não compreendia bem o que eram os tais fundamentos que permeiam tanto o projeto político do curso e da profissão, quanto do Setor Litoral da UFPR. Porém percebia que ali era diferente, até mesmo por ter iniciado anteriormente outra faculdade com modelo de ensino mais “tradicional”. Eu conseguia observar as diferenças nas aulas, que começava pela disposição das carteiras – que no caso do Setor Litoral não ficam em fileiras paralelas de frente para lousa, aqui as carteiras são dispostas de maneira em que os alunos fiquem de frente um com o outro -, e ia até a maneira utilizada para expor a aula pelos professores em sala.

Aos poucos fui me interagindo, compreendendo, me confundindo, e depois entendendo e me apaixonando por esse modelo de ensino que eu amo, o qual o Setor Litoral vem desenvolvendo. Este Setor plantou uma semente de liberdade em minha vida, a qual passou por um processo de germinação e hoje posso dizer que surge um indício de árvore. Esse processo passou por muitas etapas, das quais por vezes me fez desistir, pois libertar-se é algo doloroso.

Acredito que todo processo que nos torna livres é assim mesmo, um caminho doloroso, onde cada passo é decisivo. E para seguir neste caminho precisamos escolher antes de tudo querer a liberdade, e depois para enfim alcançarmos tal liberdade se faz necessário que nos desapeguemos de tudo aquilo que nos fazia escravos.

É dessa maneira que visualizo minha trajetória acadêmica, um caminho que percorri em busca da minha liberdade, caminho esse doloroso, porém altamente gratificante. O Projeto Político Pedagógico – PPP da UFPR Setor Litoral, ainda está em construção, por isso que se diz Projeto, porém foi extremamente decisivo para que eu alcançasse uma mente livre, autônoma, e como disse Renato Russo em sua música L’aventura: “Quem pensa por si mesmo é livre. E ser livre é coisa muito séria”.

No ano seguinte ao meu ingresso na Universidade, precisamente em Março de 2011, ocorreu uma grande quantidade de chuva na região do Litoral do Paraná, o que desencadeou enchentes e deslizamentos em vários municípios da região. O Setor Litoral desenvolveu vários encontros e reuniões entre a comunidade acadêmica e as comunidades atingidas. Neste momento, vários docentes e estudantes se mobilizaram a fim de auxiliar as famílias vitimadas a reconstituírem suas vidas após a catástrofe, e em meio a isso surge o “Coletivo Águas de Março”, que estarei falando mais adiante.

Ainda em 2011, precisamente em Junho, pude vivenciar algo ainda não experimentado em minha história pessoal, ao menos não de maneira ativa. Técnicos e professores da UFPR entraram em greve, sendo primeiramente os técnicos a deflagrarem, e posteriormente os docentes. As principais causas que levaram os técnicos a aderirem à greve<sup>1</sup>, eram: a contratação de novos profissionais, a definição da situação daqueles que trabalham temporariamente no Hospital de Clínicas - HC, vinculado à UFPR, e o aumento do piso salarial com um reajuste de 5% sobre o salário a cada dois anos. A greve permaneceu por 100 dias, encerrando-se em Setembro de 2011.

Cerca de dois meses depois do início da greve dos técnicos, os professores da UFPR decidiram aderir à greve<sup>2</sup>. As reivindicações apresentadas pelos professores na greve em 2011 eram: estabelecimento de limite máximo de horas aula, conforme cada regime de carga horária de trabalho; implantação de progressão automática na carreira; estabelecimento de limite máximo de alunos por sala de aula, respeitando particularidades e diversidades dos cursos e suas diretrizes curriculares; limitação da abertura de novas vagas/turmas; porém, diferente do tempo de greve dos técnicos, a duração da greve dos docentes durou apenas onze dias.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-09-22/termina-greve-dos-servidores-da-universidade-federal-do-parana> Acesso em: 12/05/2015.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/professores-da-universidade-federal-do-parana-decidem-entrar-em-greve-2689994>, <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/09/01/ufpr-anuncia-fim-da-greve-dos-professores.htm> Acesso em: 12/05/2015.

Em 2012, ocorreu outra greve<sup>3</sup>, e neste momento, docentes, discentes e técnicos se unem na luta por direitos. O processo se inicia com a deflagração de greve dos docentes, a qual ocorre em Maio daquele ano. Posteriormente os estudantes aderem à greve no mesmo mês, e somente em Junho os técnicos anunciam greve. As principais reivindicações dos docentes e servidores eram reajuste salarial, reestruturação da carreira e aumento de investimentos nas federais, e estudantes exigiam de 10% do PIB para a educação, mais investimentos em pesquisa e extensão, a paridade qualificada nas eleições para reitor e a autonomia universitária. A paralisação durou quatro meses e foi considerada a maior greve organizada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino - Andes – SN. As instituições pararam em Maio de 2012, e a maioria delas retomou as aulas apenas em Setembro. Segundo notícias postadas na página do site G1, o movimento atingiu, em diversos níveis, “57 das 59 instituições”<sup>4</sup>.

Em 2012, após ter concluído o semestre retomado pós-greve, devido a problemas familiares tive que me ausentar da Universidade, porém ainda me ansiava voltar ao curso. Então, no ano seguinte, em 2013, após uma breve conversa - porém de grande impacto - com a querida professora Édina Vergara, coordenadora do curso naquele ano, tive meus ânimos renovados e decidi voltar a frequentar o curso. Voltei às aulas no primeiro semestre de 2013, e para esse novo momento, decidi iniciar minha trajetória com um novo grupo, ingressando na turma 2011 do curso de Serviço Social da UFPR Setor Litoral. Nesse momento ainda residia na cidade de Paranaguá, trabalhando no período diurno e indo com transporte coletivo particular às aulas no período noturno.

Como no segundo semestre de 2013 eu deveria iniciar o estágio curricular obrigatório, fui convidada pela professora Édina a ingressar como estagiária no Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional – PDUR,

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/09/greve-nas-universidades-federais-empurra-ano-letivo-para-2013.html>, <http://greveufal.blogspot.com.br/2012/06/tecnicos-da-ufpr-deflagra-greve.html>, <http://www.une.org.br/2012/05/luta-pela-educacao-estudantes-da-ufpr-tambem-deflagram-greve/> Acesso em: 12/05/015.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/05/professores-e-funcionarios-de-universidades-federais-iniciam-greve28-05.html> Acesso em: 12/05/2015.

porém ainda residia na cidade de Paranaguá. Todavia, no início de 2014 mudei-me para Matinhos, pois não era mais viável e possível manter a rotina de trabalhar em Paranaguá pelo dia, estagiar e estudar em Matinhos pela noite.

A pesquisa inicial que eu vinha desenvolvendo em meu Projeto de Aprendizagem – PA<sup>5</sup> abordava a inserção do Serviço Social na Educação. O PDUR contém em seus projetos, pesquisas e atividades nas escolas do campo, isso me levou a escolher o Programa para realizar o estágio obrigatório, portanto iniciei minha caminhada junto ao Programa no ano 2013 como estagiária.

Durante meu tempo como estagiária no PDUR aprendi muito sobre a utilização de tecnologias da informação e comunicação, tais como: softwares livres, banco de dados, geotecnologias, internet, sistematização de dados, mídias, etc... Porém, não foi somente o domínio operacional e técnico dessas tecnologias que aprendi no PDUR, mas principalmente a pensar modos de utilizá-las ativamente, de maneira crítica, assunto do qual estarei abordando posteriormente.

O resultado que pude subtrair desse aprendizado foi o material produzido para o projeto de intervenção e relatório final de estágio, documentos pertinentes ao processo de graduação do curso de Serviço Social. Só foi possível constituir tal pesquisa devido o conhecimento partilhado pelo grupo interdisciplinar que da forma ao PDUR.

Outra fonte de inspiração foi o projeto de extensão “Matriz Metodológica de Diagnóstico Socioassistencial” coordenado pela professora Silvana Tumelero. A Matriz foi elaborada por docentes e discentes do Setor Litoral e com a colaboração de assistentes sociais e outros profissionais com

---

<sup>5</sup> O Projeto de Aprendizagem está integrado à grade curricular de todos os cursos da UFPR Setor Litoral. Durante toda sua jornada acadêmica o estudante escolhe algo de seu interesse para estudar podendo vincular sua pesquisa posteriormente, como no caso dos estudantes de Serviço Social, ao seu estágio obrigatório e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Na proposição do projeto de aprendizagem, o aluno antecipa e vivencia de forma autônoma o exercício profissional. Disponível em: [http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL\\_Set-2008\\_Alteracao\\_Dez-2008.pdf](http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf) Acesso em: 15/05/2015.

atuação na área social que participaram de outro projeto de extensão intitulado “Fórum de Profissionais de Serviço Social do Litoral Paranaense”. Durante a participação destes profissionais no Fórum, muitos relatavam a carência de dados sistematizados sobre os municípios do Litoral, levando então ao desenvolvimento dessa Matriz para subsidiar análises e diagnósticos sobre o município, auxiliando assim no trabalho técnico desses profissionais.

Após terminar o estágio curricular obrigatório, permaneci no PDUR como bolsista, auxiliando no desenvolvimento das atividades propostas pelo programa, tanto nas pesquisas, quanto na relação direta com a comunidade assistida, bem como na mediação entre comunidade e gestores municipais do poder público.

### **3 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL**

Como narrado anteriormente, foi no segundo semestre do ano de 2013, a partir do primeiro período de estágio curricular obrigatório, que iniciei minha trajetória junto ao Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional. A relação com o programa perpassou pelo estágio obrigatório e perdura até os dias de hoje, onde minha relação institucional se dá por meio de bolsa-extensão, porém já em processo de finalização.

O texto a seguir irá ilustrar detalhadamente sobre o Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional – PDUR, desde o histórico que envolve sua gênese, como surge à parceria em atividades com o Setor Litoral e quais projetos são desenvolvidos no programa. No decorrer do texto serão apresentadas informações sobre as atividades que foram desenvolvidas desde minha inserção primária no programa até as últimas, e como tais ações me levaram a desenvolver a presente pesquisa no município de Morretes - Paraná.

A seguir, iniciarei contando sobre o contexto histórico que envolve a preferência do Programa em desenvolver suas pesquisas e ações voltadas para a cidade de Morretes e, posteriormente, apresentarei informações sobre o PDUR e os projetos vinculados a este.

#### **3.1 COLETIVO ÁGUAS DE MARÇO E PDUR**

No texto a seguir, adentrarei nos acontecimentos históricos que envolvem o nascimento do grupo de trabalho do PDUR no Litoral, e gostaria de esclarecer que estarei narrando esses acontecimentos a partir de um lócus pessoal, os quais podem variar e se resignificar conforme o local de fala de cada sujeito que venha, por qualquer motivo, narrar essa história.

No ano de 2011 as águas de março não foram “melódicas”, ocorreu um significativo aumento na quantidade de chuva na região litorânea do Paraná, de tal maneira, que desencadeou enchentes e deslizamentos na Serra do Mar, atingindo todo Litoral Paranaense, em potencial a comunidade de Morretes devido à aproximação do município com a serra e pela intensidade da chuva na região, obtendo em números a maior quantidade de mortos e desabrigados<sup>6</sup>.

O Setor Litoral, enquanto universidade pública e por seu projeto político pedagógico ter como princípio a intervenção na realidade de forma crítica, investigativa e pró-ativa, pode contribuir para uma produção de saberes para o pós-catástrofes ambientais. Assim, suas ações foram capazes de compreender a vulnerabilidade social que assola as famílias empobrecidas, pois se prima à escuta como forma primeira de convívio acadêmico, onde estar nas comunidades significa antes de tudo estar com elas.

A partir desse princípio a UFPR Setor Litoral promoveu reuniões e encontros entre a comunidade acadêmica e as comunidades atingidas, a fim de contribuir tanto para as emergências que a situação demandava quanto para desenvolver propostas a curto, médio e longo prazo com vistas ao desenvolvimento das comunidades, o que já ocorre através de projetos em atividade no setor. Ao mesmo tempo vários professores e alunos articularam-se através de módulos e projetos para desenvolverem atividades com estas comunidades.

Aproximadamente seis dias após ocorrerem os deslizamentos e enchentes, docentes e discentes da UFPR – Setor Litoral realizaram o “Fórum das Comunidades do Litoral”, no qual a comunidade de Morretes estava presente. O Fórum encaminhou alguns objetivos e, desde então, estudantes e professores de diferentes áreas do conhecimento acompanham e contribuem para o desenvolvimento desse município, fomentando a participação social e fortalecendo os processos políticos na articulação das redes de resolutividade dos sistemas e políticas públicas na esfera local.

---

6

Disponível

em:

[www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/verao/conteudo.phtml?id=1104832&tit=Morretes-eParanagua-declaram-estado-de-emergencia](http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/verao/conteudo.phtml?id=1104832&tit=Morretes-eParanagua-declaram-estado-de-emergencia) Acesso em: 17/05/2015.

A finalidade do Fórum foi incentivar o (re) conhecimento mútuo e/ou reencontro entre as diferentes comunidades após as enchentes, e deste encontro surgiram os seguintes objetivos: a) levantamento, debate e estudo das demandas, a partir das manifestações das famílias; b) iniciar a construção progressiva de um movimento social organizado; c) possibilitar maior contato entre instituições e avançar nas agendas e compromisso público com as comunidades atingidas; c) obter esclarecimentos pelos representantes de governo, sobre a origem, destino e tempo de aplicação dos recursos para a reconstrução e recuperação de suas condições materiais; d) "retomada" do cotidiano das famílias atingidas pelas enchentes e deslizamentos das chuvas de março.

Em meio aos acontecimentos uniu-se um grupo de trabalho disposto a contribuir tanto para sanar as demandas emergenciais da população morretense atingida no desastre, quanto para seguir com atividades promovendo estreitamento das relações entre universidade e comunidade. Tal grupo designou-se “Coletivo Águas de Março”<sup>7</sup> e, fazendo-se valer o Projeto Político Pedagógico da UFPR Setor Litoral, juntamente com a sensibilidade frente ao cenário em que se encontravam as famílias, o grupo movimentou-se, constituindo vínculos profissionais, porém essencialmente humanos, com famílias vítimas, com órgãos gestores do poder público e com as organizações da sociedade civil no município de Morretes, Litoral Paranaense.

Os sujeitos que compõem o coletivo a fim de promover a materialização de direitos, proteção social, habitação, trabalho e renda para/com as famílias vítimas do desastre em 11 de março de 2011, desenvolveram as seguintes atividades na região de Morretes (das quais algumas ainda continuam ocorrendo): a) Estágios Curriculares com foco nas políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Geração de Trabalho e Renda e Habitação; b) Organização e incentivo do trabalho em rede - UFPR

---

<sup>7</sup> O grupo adotou esse nome devido ao movimento que mobilizou docentes e discentes, dos quais, muitos alunos da turma 2009 do curso de Serviço Social, coordenados pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Édina Mayer Vergara no decorrer dos módulos: Processos de Trabalho II e Fundamentos Teórico-Metodológicos III, presentes na grade curricular do curso, a intervirem na situação calamitosa pós-catástrofe em que se encontravam as famílias morretenses.

Setor Litoral, prefeitura e secretarias (Assistência Social, Cultura, Educação, Saúde, Meio Ambiente); c) Viveiro Comunitário; d) Oficina de entalhe em madeira; e) Teatro na escola da Marta; f) Espaço Dialógico de Saberes; g) ICH Feito a mão: identidade local e artesanato para a comunidade.

No ano de 2012 lançam o edital público (MCTI Agosto 2012) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, o qual escolheria projetos para implantação de um Centro Vocacional Tecnológico (CVT). O coletivo Águas de Março, sob orientação da professora Édina Vergara e com apoio da direção do Setor Litoral, inscreveram-se e encaminharam um projeto para este edital, com a proposta de criação de um Observatório de Desenvolvimento Social do Litoral, resultante da imersão social radical de estudantes, técnicos e docentes da UFPR Litoral no município de Morretes desde as enchentes e deslizamentos ocorridos em março de 2011.

Tal projeto abrangeria o Litoral Paranaense e o Vale do Ribeira, a partir da parceria entre Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e Universidade Federal do Paraná – UFPR, a qual se daria na prática por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS, UFPR Setor Litoral e grupo Águas de Março. O CVT, nutrido processual e metodologicamente pelo Observatório Social, apresenta eixos para o fomento do desejado desenvolvimento sustentável local através da organização e gestão comunitária para diagnosticar, promover, dilatar, acessar e gerir direitos sociais para uma inclusão social permanente. Isto se daria através da circulação e fomento dos diferentes saberes locais e científico-tecnológicos, nutridos pela relação entre pesquisa – ensinos e aprendizagens – extensão tecnológica.

Caso o projeto fosse contemplado, o Águas de Março, o Setor Litoral e o CVT tornar-se-iam parceiros para fortalecer o desenvolvimento social sustentável da região de Morretes, gerando um planejamento e gestão participativos dos préstimos que o CVT empreenderia, desdobrando-se em refinado modo de fortalecer – em rede - o controle social sobre o desempenho

dos executivos locais. O projeto foi contemplado pelo edital, porém os recursos nunca chegaram (o que vale pesquisar os motivos).

A UFPR Setor Litoral articula as suas potencialidades de formação - intervenção junto às comunidades do Litoral Paranaense e Vale do Ribeira, e desde a catástrofe de março de 2011, tem suas ações focadas no município de Morretes<sup>8</sup>, junto às famílias desterritorializadas pelos deslizamentos e enchentes. Essas famílias ficaram submetidas a viverem em refúgio urbano precário, e ainda mais gravemente, devido o risco permanente da área de origem destas famílias (Comunidade Floresta), estão (sub) vivendo permanentemente em precárias casas na zona urbana, onde estão assentadas cerca de 80 famílias.

Em 2013, surge uma nova proposta de trabalho para o coletivo Águas de Março. Tal proposta deu-se pelas professoras Maria Tarcisa Bega e Eliza Maria Almeida Vasconcelos, professoras doutoras da UFPR. As quais convidaram o grupo a formar uma parceria e concorrer ao edital no Ministério das Cidades – PDUR, pois sabiam sobre o trabalho que o coletivo desenvolvia em Morretes, bem como da condição atual que se encontrava a população atingida pelo desastre ambiental. O projeto foi encaminhado e concorreu ao edital, porém não foi contemplado com o recurso. Em contrapartida o programa ganhou 10 bolsas (5 para Curitiba e 5 para o Litoral) da Pró Reitoria de Extensão - PROEXT, pois foi considerado de relevante interesse para a Universidade.

Diante disso, o Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDUR), é um projeto de pesquisa, ensino e extensão coordenados pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Tarcisa Silva Bega e pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliza Maria Almeida Vasconcelos, sendo coordenado no Setor Litoral pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Édina Mayer Vergara e pelo Prof<sup>o</sup>. Ms. Ricardo Monteiro.

---

<sup>8</sup> Conforme dados da amostra do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, Morretes possui maior concentração populacional na área rural, concentrando-se 54,3% da população em domicílios rurais. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>

Alguns integrantes do Coletivo Águas de Março também agregam a equipe do PDUR em suas atividades, seja voluntariamente, como estagiários, ou no caso de alguns alunos, enquanto bolsistas no projeto.

### 3.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL – PDUR E PROJETOS VINCULADOS

O Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional – PDUR, é um programa de extensão da Universidade Federal do Paraná – UFPR que desenvolve suas atividades em conjunto com o Setor Litoral dessa Universidade e possui como premissa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Vincula-se ao processo de formação profissional nas áreas de sociologia, serviço social e informática e cidadania e se ocupa da política de habitação e também das demais políticas públicas como fundamento de sua atuação.

Já na sua gênese definiu-se como Programa de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo atividades de formação profissional na relação com os movimentos sociais e aos órgãos governamentais e não-governamentais ativos no contexto das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano e regional. O PDUR espera contribuir para o avanço nas discussões sobre o desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná a partir da diretriz básica do direito à cidade e através do fortalecimento do controle social no planejamento e implementação de políticas públicas setoriais de interesse social como: habitação, regularização fundiária, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e demais políticas transversais articuladas em redes tais como: assistência social, educação, saúde, segurança alimentar e outros, tendo como lócus privilegiado de pesquisa empírica a Região Metropolitana de Curitiba e o Litoral Paranaense, através do Ensino, Pesquisa e Extensão universitária.

Neste sentido, a proposta de extensão deste projeto, objetiva fortalecer o controle social através do assessoramento aos movimentos sociais e associações comunitárias, bem como a capacitação de conselhos gestores, o acompanhamento dos processos de Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS. Além de realizar estudos sócios territoriais através de pesquisas que possam subsidiar proposições de novas demandas de políticas públicas no âmbito dos municípios do litoral paranaense.

O PDUR desenvolve suas ações através de três grandes eixos, os quais são: Ensino, Pesquisa e Extensão. No Setor Litoral, o PDUR em consonância com as disciplinas: Projeto de Aprendizagem, Estágio Obrigatório e TCC, proporciona aos acadêmicos desenvolverem na prática os valores aludidos no PPP do Setor, cujo pilar é a autonomia, sendo possível desenvolver ações articuladas com as comunidades a partir de estudos e pesquisas feitas pelos alunos, proporcionando antecipar e vivenciar de forma autônoma o exercício profissional.

Dentro dessas vivências, os alunos com projetos vinculados ao PDUR desenvolvem pesquisas, projetos e ações relacionadas com a garantia e materialização de direitos, proteção social, incentivo e fomentação de cultura, saber popular e educação, aplicação de políticas público-sociais e programas. Incentivo a participação/controlado social e mobilização social, contribuindo para assegurar direitos sociais e para o desenvolvimento das comunidades assistidas.

Para atender os objetivos do projeto, o PDUR no âmbito do ensino oferta na graduação à disciplina: Tópicos Especiais em Sociologia VII - Estudos Monográficos em Políticas Públicas e Controle Social- como meio de fomentar a relação teórico-prática das políticas urbanas e controle social. A disciplina tem carga horária de 60 horas, sendo ministrada no campus de Curitiba pelas professoras Maria Tarcisa Bega e Eliza Vasconcelos, e no Litoral os estudos são dirigidos pelo professor Jayson Guimarães e pela professora Édina Mayer Vergara.

A disciplina aborda a questão das políticas públicas e sua dimensão social na contemporaneidade; a discussão sociológica sobre o urbano; a temática da habitação como interface entre as ações de regulação do Estado contemporâneo e a constituição de uma sociedade urbana. Estudo de caso da experiência dos Planos de habitação de Interesse Social, em sua dimensão local.

Em 2014, foram realizados seminários semanais com os bolsistas para discussão da dimensão teórica que dá suporte as práticas de pesquisa e de extensão do programa, onde se podem incluir os estudos da sociologia urbana da matriz de Chicago: conceito e categorias da cidade e metrópole em Max Weber, Georg Simmel, Louis Wirth e Robert Ezra Park e a matriz francesa com a discussão sobre o fenômeno urbano em Friedrich Engels, Manoel Castells e Henri Lefebvre e demais autores brasileiros.

### 3.2.1 Projeto “Nova Cartografia Social do Litoral Paranaense como Instrumento de Planejamento Urbano e Regional: a experiência de Morretes”

A “Nova Cartografia Social do Litoral Paranaense como Instrumento de Planejamento Urbano e Regional: a experiência de Morretes” é um dos projetos de pesquisa e extensão que o grupo do Setor Litoral do PDUR vem desenvolvendo. O Projeto está sob a coordenação do Profº. Ms. Ricardo Monteiro e desenvolve suas ações na direção de produzir uma nova cartografia do litoral como instrumento de planejamento urbano e regional, onde sucedem atividades especialmente na área de treinamento e capacitação, coleta e preparação de dados geográficos e elaboração de mapas temáticos, através do programa de software livre gvSIG 1.12<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> gvSIG é um software livre de Sistema de Informação Geográfica - SIG, de fonte aberta desenvolvido pela Conselleria d'Infraestructures i Transports (CIT) da Comunidade de Valência, com o apoio da União Europeia. É distribuído com a licença GNU / GPL e está disponível para download em: [www.gvsig.org](http://www.gvsig.org). Nesse endereço, além do software, podem ser encontrados: documentação, listas de discussão e uma completa infraestrutura para colaboração em rede.

Através das aulas ministradas pelo Prof<sup>o</sup>. Ms. Ricardo Monteiro, os integrantes do projeto aprenderam a utilizar o aplicativo gvSIG e o GPS de mão; digitar informações em planilha eletrônica de Software Livre (LibreOffice, aplicativo Calc); converter coordenadas geográficas; consultar banco de dados e tabular dados de indicadores nacionais e municipais; aula de campo em Morretes para o treinamento de uso do GPS de mão para o registro de trajetos de estradas e anotação de coordenadas geográficas de pontos de interesse.

O mapa abaixo foi um dos mapas produzidos pelo grupo (FIGURA1):

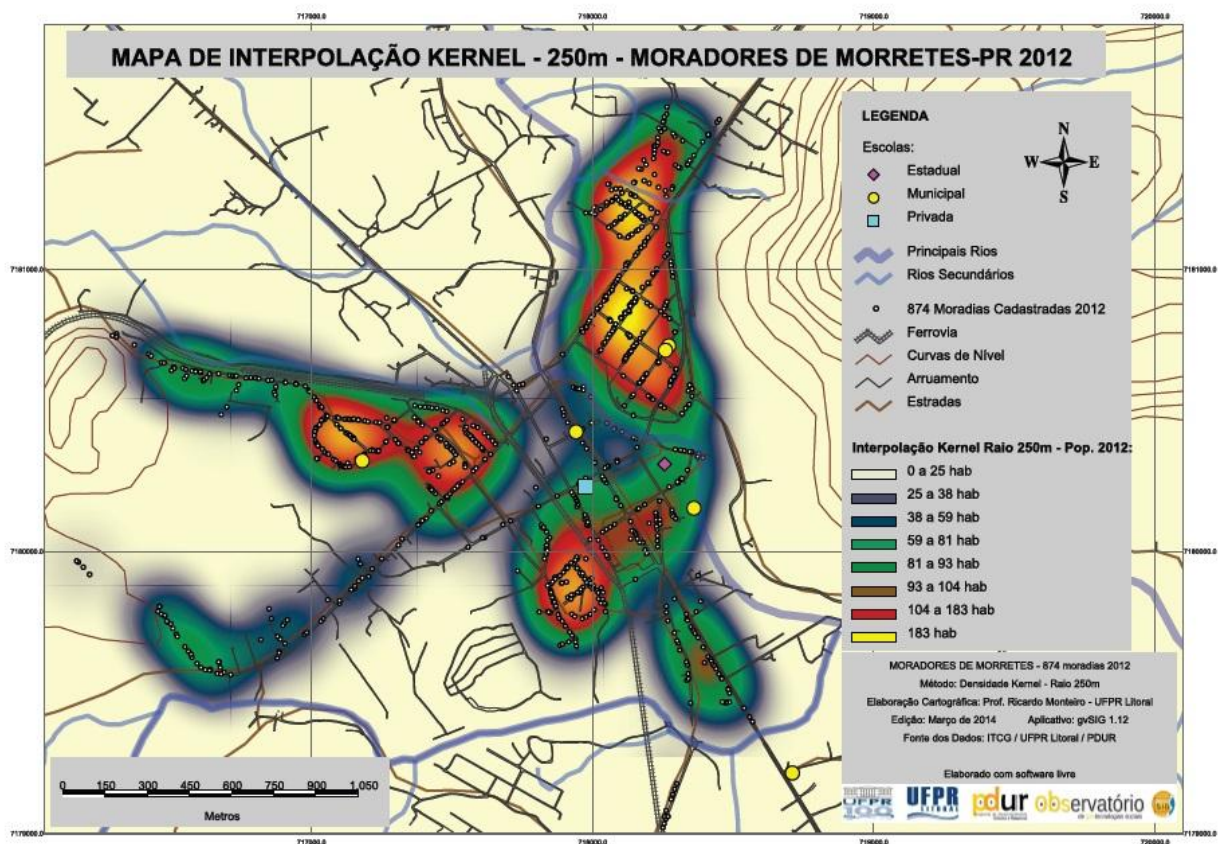


FIGURA 1 – MORADORES DO MUNICÍPIO DE MORRETES  
FONTE: ITCG/ UFPR LITORAL / PDUR

Em 2014 o trabalho no campo da constituição desse projeto contemplou atividades de produção cartográfica, treinamento e capacitação, coleta e preparação de dados geográficos e impressão de mapas.

Além disso, é possível acessar informações sucintas na cartilha explicativa produzida pela EMBRAPA: [www.cnpf.embrapa.br/publica/folders/gvSIG.pdf](http://www.cnpf.embrapa.br/publica/folders/gvSIG.pdf) Acessado em: 20/03/2015

Foram desenvolvidos 12 mapas temáticos contendo informações sobre a cidade de Morretes, dos quais: Mapa dos elementos naturais e declividades de Morretes; Mapa em anamorfose da taxa de analfabetismo de Morretes; Mapa das escolas e da população de Morretes; Mapa gráfico com a taxa de analfabetos por faixa etária de Morretes; Mapa de atendimento do entorno urbano (pavimentação, iluminação pública e taxa de domicílios semiadequados) dos setores censitários urbanos de Morretes; Mapa das escolas públicas estaduais, municipais e federais e das escolas privadas de Morretes e Antonina;

O Relatório de Atividades do PDUR de 2014 está em anexo (ANEXO 1) a este trabalho, e nele podem-se encontrar informações detalhadas sobre o Programa, os projetos vinculados e todas as atividades desenvolvidas naquele ano, bem como apontamentos sobre as atividades que já estão em prática neste ano.

### 3.2.2 Projeto “Observatório de Geotecnologias Sociais”

O projeto “Observatório de Geotecnologias Sociais” é outro projeto no âmbito da pesquisa e extensão que está em desenvolvimento no Litoral através da equipe de professores, bolsistas e voluntários do PDUR, cuja proposta é resultante de uma imersão social radical de estudantes, técnicos e docentes da UFPR Litoral no Município de Morretes, desde as enchentes e deslizamentos ocorridos em março de 2011 em 4 (quatro) cidades do Litoral Paranaense.

O Observatório tem como um de seus objetivos, se tornar um espaço virtual de domínio público, visando caracterizar demandas sociais e as fontes para sua superação, e também está em construção com objetivo de servir como fonte de uma metodologia que convirá de instrumento a ser problematizada, legitimada e utilizada pelos sujeitos sociais em suas demandas, considerando o incentivo à organização comunitária a partir da escola como forma de fazê-lo.

Este espaço de domínio público, baseado no uso de tecnologias geodésicas, pretende destacar uma cartografia centrada nos direitos sociais, em seus vazios e na sua materialização, a partir da formação comunitária tendo a escola, bem como as Secretarias do Executivo local, os Conselhos e Associações do Município como parcerias permanentes, o que permite também afinidade e mais efetividade entre os serviços e equipamentos sociais urbanos para com os espaços rurais, para o desenvolvimento de ambos.

O projeto é coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Édina Mayer Vergara, e juntamente desenvolvido pelo grupo de estagiários, bolsistas e voluntários do Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional - PDUR. O Observatório pretende através de suas ações específicas:

- a) Levantar demandas socioambientais das comunidades locais;
- b) Sistematizar saberes/diagnósticos sociais sobre a Região do Litoral;
- c) Fortalecer o controle social através da participação no planejamento e gestão das políticas locais;
- d) Promover estratégias para o fomento do desenvolvimento sustentável local através da organização e gestão comunitária;
- e) Desenvolver pesquisa aplicada, que subsidiem as demandas e invisibilidades do Litoral do estado do Paraná, junto aos grupos populacionais urbanos, rurais e povos tradicionais em situação de vulnerabilidade social;
- f) Apoiar o cadastramento e participação das famílias em programas municipais, estaduais e federais, com formação para organização comunitária, captação e gestão de recursos de relevante interesse social;
- g) Promover formação de conselheiros e lideranças comunitárias para encaminhar e debater suas demandas nos devidos conselhos e conferências municipais, estaduais e/ou encaminhá-las às autoridades competentes;

- h) Criar um site onde estarão disponíveis informações e mapas com demandas, potências e resoluções de demandas do Município de Morretes, além de disponibilizar de maneira otimizada e facilitada arquivos, links e demais publicações relacionadas aos eixos principais da assistência a comunidade (Perfil Municipal, Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação e etc.).

O projeto “Nova cartografia Social do Litoral Paranaense como Instrumento de Planejamento Urbano e Regional: a experiência de Morretes” se desdobra e subsidia a organização do Observatório de Geotecnologias Sociais. As atividades desenvolvidas em 2014 por este projeto dão suporte para a construção do site do Observatório, mediante a elaboração dos mapas e banco de dados. Com reuniões de planejamento semanal, o grupo interdisciplinar do PDUR Litoral, composto por estudantes, técnicos e docentes de diferentes cursos, problematiza, avalia e planeja a relação da formação acadêmica e impactos sociais sustentáveis, ou seja, a função social da Universidade.

Além do Projeto “Nova Cartografia do Litoral Paranaense” e “Observatório de Geotecnologias Sociais”, o Programa desenvolve também no eixo da extensão o projeto “Socializando conhecimento na área de desenvolvimento urbano e regional”, sob a coordenação das professoras Eliza Vasconcelos, Maria Tarcisa Bega, Édina Mayer Vergara e do professor Ricardo Rodrigues Monteiro. Este projeto tem por objetivo fortalecer o debate acadêmico em torno das temáticas urbanas e periurbanas, além de ser espaço de socialização dos conhecimentos produzidos pelo programa.

Constitui-se em um espaço de reflexão, troca de ideias e experiências em relação aos problemas que as cidades paranaenses vêm enfrentando em seus respectivos contextos Urbano Rural. Suas atividades são desenvolvidas a partir da premissa da missão da Universidade em produzir através do ensino, pesquisa e extensão conhecimentos e troca de saberes, colaborando com a formação sociopolítica e cultural da sociedade.

O referido projeto é parte importante na formação dos discentes dos cursos de Sociologia, Serviço Social, Informática e Cidadania e de outros cursos da UFPR, quando traz para a discussão e reflexão, temas que proporcionem a interlocução do discente com a realidade que terão para atuação profissional. Essa interlocução do ensino com as experiências possibilita ao aluno aprofundar conceitos referentes aos direitos sociais, políticas públicas e sociais, que possibilitam o fortalecimento da sua dimensão interventiva e investigativa.

### 3.2.3 Sobre a inserção na comunidade de Morro Alto, Morretes - Paraná

Um dos espaços trabalhados semanalmente pelo grupo do PDUR Litoral e voluntários é a comunidade rural de Morro Alto, onde residem por volta de 60 famílias e está localizada a cerca 7 km da Br 277 e a 12 km do centro de Morretes, A comunidade possui 01 escola rural multisseriada que atende cerca de 50 crianças em séries iniciais.

Segundo pesquisa realizada no ano de 2012 pela Prof<sup>a</sup>. Silvana Hoeller e demais docentes da UFPR Setor Litoral<sup>10</sup>, os quais também desenvolvem com outros docentes e estudantes um projeto de banco de sementes na comunidade,

A comunidade do Morro Alto em Morretes se encontra na diversidade do campo e é composta por 60 famílias que trabalham direta ou indiretamente no campo como: assalariados rurais, arrendatários, pequenos proprietários, boias-frias e agricultores familiares. A produção é formada por olerícolas predominantemente, que são: mandioca, chuchu, maracujá, feijão, banana, milho e inhame (HOELLER; FAGUNDES; DAHMER, 2012, pág.2).

---

<sup>10</sup> DAHMER Gilson; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória; HOELLER, Silvana Cássia;; Organizando as comunidades do campo em Morretes, Paraná, na busca por uma educação do campo. 4º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul. 2012. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/13137/8741> Acesso em: 10/05/2015.

A pesquisa ainda nos mostra que, em encontros primários realizados com a comunidade após as enchentes de 2011, a fim de mapear as dificuldades enfrentadas por esta e suas demandas, foram relatados problemas na estrutura da escola (tanto da estrutura material, como: teto, pintura, água, quanto em material pedagógico) entre outros, conforme podemos observar neste trecho:

O primeiro encontro buscou reunir as crianças, pais, professores e lideranças comunitárias, mapeando as dificuldades enfrentadas e as demandas que as famílias sentiam a partir da realidade. Os principais pontos levantados junto à comunidade foram: a falta de estrutura na escola (não há livros para o estímulo a leitura); falta de pontes nos rios que dão acesso à comunidade e à escola; falta de atividades de lazer para a comunidade; as mulheres não têm alternativas de renda; as crianças não têm opção de atividades no contra-turno; no período de chuva a comunidade fica isolada e sem o escoamento da produção de hortaliças (HOELLER; FAGUNDES; DAHMER, 2012, p.3).

Conforme já citado anteriormente, o grupo de trabalho do PDUR no Setor Litoral tem desenvolvido suas ações com as famílias morretenses vitimadas pelo desastre de março de 2011, que deixou como rastro cerca de 80 famílias que residiam nos âmbitos rurais desabrigadas, as quais posteriormente foram submetidas a viverem em refúgio urbano. Bem como outras famílias das comunidades rurais do município, que tiveram de se readaptar e retomar o cotidiano em meio a perdas tanto materiais, quanto humanas e essenciais.

Sendo o Morro Alto brutalmente atingido com as enchentes e deslizamentos de 2011, a UFPR desde então, desenvolve ações junto a essa comunidade. Vários docentes e estudantes iniciaram trabalhos neste local após as enchentes e deslizamentos de 2011, os quais muitos ainda permanecem. Devido toda relação que foi se estreitando com o tempo de trabalho desenvolvido primeiramente pelo Coletivo Águas de Março nesta comunidade, o PDUR também focou suas ações para o Morro Alto.

Entendemos que o trabalho proposto pelo grupo se concretizará a médio ou longo prazo, pois sabemos que o tempo da comunidade que trabalhamos é diferente do nosso tempo, que a maneira como eles

compreendem esse processo não é como nós compreendemos, e como sabemos que o grupo de trabalho sempre primou pela escuta e por estreitar laços, antes de qualquer ação, para que não fôssemos “estrangeiros” para esses sujeitos, precisamos nos adaptar ao seu ritmo, ao seu passo.

Não poderia deixar de dizer que esse grupo sempre trabalhou com recursos escassos. Acredito que para alcançar os objetivos do Programa são necessário recursos que vão além de 5 (cinco) bolsas para estudantes e transporte “quando possível”. Até agora, para o Programa realizar a maioria das atividades - ou todas -, os únicos recursos disponíveis eram as bolsas e o transporte, levando o grupo a solicitar doações de terceiros para materializá-las.

Desde 2011 a UFPR Litoral em conjunto com o Coletivo Águas de Março e outros voluntários vem estreitando as relações com a comunidade do Morro Alto, e esta nos permitiu ampliar as atividades desenvolvidas lá, portanto em 2014 podemos destacar algumas, dentre várias atividades que o grupo vem desenvolvendo com a permissão da comunidade: a) Grupos semanais de arte-educação com crianças e jovens, realizadas nos sábados; b) aproximação mais intensa com as famílias para o fortalecimento dos vínculos comunidade-universidade; c) apoio à organização da APMF local; d) oficinas semanais (até o mês de setembro) de entalhe e escultura em madeira para jovens e adultos locais; e) mostra das obras de escultura e entalhe em madeira (confeccionadas nas oficinas de 2013) na Semana Pedagógica no teatro municipal em fevereiro de 2014, entre outras que podem ser encontradas no Relatório em anexo (Anexo 1).

Este ano o grupo do Litoral do PDUR continua desenvolvendo suas atividades na comunidade do Morro Alto, fortalecendo o vínculo entre Universidade-Comunidade, na mediação entre a comunidade e gestão municipal do poder público, e através de reuniões semanais com a Associação de Moradores e com a Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF da Escola Rural do Morro Alto, com objetivos de auxiliar a organização comunitária e fortalecer o controle social.

Na última reunião em que estive presente, que foi em Maio deste ano na Escola Rural, contando com a participação de moradores da comunidade, bem como a professora da escola, a funcionária e estudantes da UFPR Setor Litoral, teve por objetivo desenvolvermos uma avaliação sobre o andamento do trabalho do grupo até o presente momento. Uma das moradoras relatou que o “Morro Alto está esquecido”, apontando que a comunidade não possui: estrada asfaltada, sinal de internet, celular e/ou telefone fixo, atendimento emergencial no posto de saúde localizado no Sambaqui – comunidade próxima -, além de que possui muitos idosos que por vezes precisam deste atendimento, precisando se deslocar ao centro da cidade para obtê-lo, relatou também que o ônibus que passa por lá não vai até o ponto combinado para pegar ou deixar os passageiros.

A partir do relato dessa moradora, optei por dar continuidade à pesquisa iniciada durante o estágio obrigatório no PDUR, na qual pude constatar que existe uma grande quantidade de idosos residentes no município de Morretes e que muitos são moradores na região rural – devido à concentração populacional nessa área do município -, que ocorre um número alto de mortes de idosos no município e, na maioria dos casos, a morte ocorreu devido a doenças do aparelho circulatório, além de outras demandas que estarei apresentando no decorrer deste trabalho.

Porém, antes de abordar sobre a questão dos idosos no município de Morretes, no próximo capítulo estarei apresentando de forma sucinta a história que envolve o surgimento e utilização das tecnologias da informação e comunicação, seus conceitos – pois é complexo homogeneizá-la -, e os debates atuais sobre este tema.

#### **4 DIÁLOGO ENTRE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: AS DETERMINAÇÕES A PARTIR DO USO DA TIC**

Perante o exposto até aqui, creio que o leitor percebeu que minha inserção no Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional - PDUR trouxe uma nova perspectiva na minha trajetória acadêmica. Pois como já disse anteriormente, foi a partir do meu contato com o grupo de trabalho do Programa que pude extrair várias reflexões sobre o uso das tecnologias, principalmente das tecnologias de informação e comunicação. Portanto, o texto a seguir irá abordar brevemente sobre este assunto, trazendo informações sobre o contexto histórico que envolve a inserção das tecnologias nos processos de produção, seus conceitos, até os debates mais recentes sobre a utilização destas e a inserção no Serviço Social.

No constante e ininterrupto movimento do Serviço Social em repensar-se e rever-se, falar das tecnologias da informação e comunicação faz-se necessário diante das transformações que estas incidiram sobre as relações de trabalho e produção, sobre o campo econômico, político e social. O surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC e as mudanças provocadas por seu uso vêm sendo tema de pesquisa para diversos autores, com intuito de problematizar e refletir sobre o assunto.

Para Castells (2000), um dos autores reconhecidos por abordar o tema em seu livro “A Sociedade em Rede”, as tecnologias da informação são as responsáveis pela transição do modelo “Industrial” para a “Sociedade em Rede”. Castells afirma que a “Revolução da Tecnologia da Informação” é, no mínimo, um evento histórico da mesma magnitude da Revolução Industrial do século XVIII, conforme podemos ver neste trecho:

Esse é, como esse livro tentará mostrar, no mínimo, um evento histórico da mesma importância da Revolução Industrial do Século XVIII, induzindo um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura (CASTELLS, 2000, p.68).

O final do século XVIII início do XIX, foi um “divisor de águas” no mundo, pois trouxe consigo a conhecida Revolução Industrial, que iniciou na Inglaterra e espalhou-se pela Europa. Tal Revolução influenciou em todos os aspectos da vida cotidiana a população mundial, com suas máquinas a vapor, produtos químicos, a promessa de eficiência, economia e desenvolvimento.

Com a Revolução Industrial, muitas transformações sociais e econômicas atravessaram o mundo e impactaram todos os setores da sociedade, inclusive a comunicação. A contingência populacional crescia cada vez mais e o modelo de produção de notícias com vistas a difundir informações, modelos e padrões de comportamento para as massas vão dar origem à “comunicação de massa”, que nada mais é que a expansão dos meios de comunicação, os quais evoluíam muito rapidamente.

Pode-se afirmar que no alicerce da nova sociedade que surgia, as mídias<sup>11</sup> já davam o seu “ar da graça”, ainda que embrionária, aonde posteriormente, o surgimento das tecnologias da informação viriam cumprir o desafio que se colocava frente às mídias, conforme Sales:

[...] Indissociável dessa forma de expressão será doravante a tecnologia, em face do desafio que lhe é constituinte, a saber: uma atuação marcada pela rapidez e regularidade de conteúdos, formatos e informações junto a um vasto público. [...] Tais meios irão fundar, no contexto da emergente sociedade industrial, formas de organizações próprias, ao tempo em que serão capazes de interferir na autoimagem, ou seja, no imaginário e nas representações que a sociedade possui sobre si mesma [...] (SALES, 2011, p. 34).

No século XX já era possível articular texto, som e imagem na divulgação de notícias e na década de 70 ocorrem muitas mudanças na sociedade que atingiram a economia, sociedade e cultura, tanto no Brasil, como internacionalmente, onde as TIC's foram determinantes nas correlações de poder.

---

<sup>11</sup> Ao falar “mídias” estou me referindo ao conjunto dos meios de comunicação, que unem texto, som e a imagem como forma de difundir as mais variadas informações.

Em meados da década de 70, devido uma crise estrutural no sistema de produção capitalista, ocorreram mudanças nas operações de diferentes setores da atividade econômica, imbricando na adaptação de novas formas de produção, transformando estruturas produtivas. Essa crise implicou num conjunto de mudanças na organização dos sistemas econômicos e nas relações políticas.

O conjunto dessas transformações ficou conhecido como “reestruturação produtiva, reengenharia, globalização e neoliberalismo”, onde as tecnologias de informação foram fatores determinantes para esse novo modelo de acumulação, conforme Castells:

[...] Assim, quando na década de 1970 um novo paradigma tecnológico, organizado com base na tecnologia da informação, veio a ser constituído, principalmente nos Estados Unidos (Ver capítulo I), foi um segmento específico da sociedade norte-americana, em interação com a economia global e a geopolítica mundial, que concretizou um novo estilo de produção, comunicação, gerenciamento e vida [...] (CASTELLS, 2000, p. 43).

Na esfera da produção essas transformações começam através da transição do modelo de produção fordista/taylorista – produção em massa e em série - para o modelo toyotista, que consiste numa produção com redução de custos, menos mão-de-obra, eliminação de desperdício, e qualidade total. Esse modelo de produção pós-fordista, é pautado nos processos de produção mais flexíveis, trabalha com estoques reduzidos, fabricação em pequenas quantidades, com a finalidade de suprir a demanda colocada no momento, denominada de Just in time.

A ascensão desse regime ocasionou um período de reestruturação no mercado de trabalho, trazendo a flexibilidade nos contratos de trabalho, o surgimento do trabalhador temporário, a subcontratação, terceirização e precarização da mão de obra, desemprego estrutural, diminuição dos salários, enfraquecimento dos sindicatos e o deslumbramento de trabalhadores qualificados e polivalentes, onde o requer maior qualificação do trabalhador e,

ao mesmo tempo, a capacidade deste em para participar de atividades múltiplas.

Na sequência, precisamente no final da década de 70 o Neoliberalismo ganha evidência, o que consiste numa estratégia do capital para superar a crise que se agravava. O Liberalismo prega a defesa da liberdade política e econômica e, neste sentido, os liberais são contrários intervenção do estado na economia e na sociedade. Em outras palavras, o liberalismo defende a ideia de intervenção mínima do Estado na sociedade, e de que este deve dar liberdade ao povo, e deve agir apenas se alguém lesar o próximo. No mais, em boa parte do tempo, as pessoas são livres para fazerem o que quiserem, trazendo a ideia de livre mercado.

A ideologia neoliberal ganharia força e visibilidade com o Consenso de Washington, em 1989. Na ocasião, a líder do Reino Unido, Margareth Thatcher, e o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, propuseram os artifícios do Neoliberalismo para todos os países, destacando que os investimentos nas áreas sociais deveriam ser direcionados para as empresas ou sociedade civil organizada.

No caso do Brasil, a adesão às ideias neoliberais se inicia em 1990, com a eleição de Fernando Collor à presidência do país. Em sua gestão, houve grande abertura da economia, como é característico do Neoliberalismo, porém não ocorreu da maneira mais apropriada, e sim equivocada. Logo em uma de suas primeiras ações (o plano Collor) a população sofreu com o confisco das poupanças, congelamento de preços e salários, fim de incentivos fiscais, etc.

Segundo Cavalli, nesse período dos anos 90 ocorre uma redução das intervenções estatais no campo econômico e social, o Estado deixa de ser executor e provedor de políticas públicas, repassando para o setor empresarial e para o terceiro setor, visando o reajuste fiscal, a privatização e a diminuição da contribuição fiscal das empresas, tornando-se mero subsidiador e parceiro neste processo. Isto caracterizou um retrocesso ao que foi conquistado na década anterior, conforme Andrade (apud CAVALLI, 2008, p. 5):

Dentro dessa ótica, o neoliberalismo, respaldo ideológico da reestruturação produtiva, concentrou esforços em um ataque fervoroso ao Estado e às políticas sociais universais. Esse ataque se manifestou na reorganização da estrutura estatal e de seu papel; a investida neoliberal qualificou a *satanização* do Estado, colocando-o como o responsável por todas as mazelas sociais: retórica do FMI e do chamado “Consenso” de Washington, sendo o mercado a única alternativa para a superação da pobreza e da exclusão (ANDRADE apud CAVALLI, 2008, p. 5).

Nesse contexto, agravam-se as expressões da questão social no Brasil, pois em meio aos acontecimentos ilustrados acima, e principalmente devido à reestruturação produtiva, a inserção das inovações tecnológicas e as novas relações de produção, as desigualdades aumentam. A questão social se evidencia e se amplia de diversas formas como: a violência, marginalização, pauperização absoluta e relativa, exclusão, desemprego estrutural, miséria, péssimas condições de moradia, de saúde e de educação, dentre outras.

As próprias leis trabalhistas também se tornam flexíveis uma vez que surgem trabalhos terceirizados, subemprego e desemprego estrutural. Podemos dizer que de uma maneira geral, há um desmonte dos direitos trabalhistas e sociais já conquistados até então.

A palavra pauperismo/pauperização remete-se a miséria, pobreza extrema. Podemos perceber a manifestação da pauperização refletida basicamente na distribuição desigual da riqueza social e na produção do desemprego e da pobreza ao longo da história capitalista, bem como é um processo que expressa à chamada questão social. historicamente, a questão social tem como fundamento a desigualdade social, provocada pela contradição entre a socialização do trabalho e a apropriação privada da riqueza social, resultante da expropriação dos meios fundamentais de produção.

No capitalismo contemporâneo brasileiro, sabemos que as expressões da questão social são diversas, essas expressões, são esclarecidas pela clássica Lei Geral da acumulação capitalista, a qual foi decifrada por Marx (2008), em seu livro “O Capital”, capítulo XXIII, que consiste no fato de que quanto maior a produção social, a capacidade de gerar riqueza e a

produtividade do trabalho de um lado, maiores serão os índices de miséria, pobreza e desemprego do outro lado.

Diante disso, podemos observar que o pauperismo e a questão social são de natureza peculiar do capitalismo, pois a existência de outras formas de escassez, “problemas sociais” e pobreza precedem ao próprio Modo de Produção Capitalista. Nas sociedades pré-capitalistas, as crises, a fome e a pobreza ocorriam basicamente pelo baixo desenvolvimento da base técnico-científica e das forças produtivas. No capitalismo, ao contrário, isto continua acontecendo mesmo quando já alcançado um desenvolvimento elevado das forças produtivas e aumento da capacidade de produção da riqueza social.

Isto ocorre por que, no capitalismo, o objetivo da produção não consiste na satisfação das necessidades humanas, mas na obtenção de lucro e para que isso ocorra, o capitalismo travou uma luta contra a elevação de salários e contra a organização dos trabalhadores. Portanto, a precariedade das ocupações, a produção do “desemprego estrutural” e a produção da pobreza absoluta, fazem parte das necessidades de sobrevivência do capitalismo.

Essas transformações ocorridas na sociedade brasileira não modificaram somente o formato de produção, o Estado e a economia, neste processo modificaram-se também as relações de produção no interior das empresas, nascendo um novo e precário mundo do trabalho.

O modelo de acumulação flexível exige um trabalhador que tenha o perfil da empresa e contribua para o aumento da produtividade, sendo multifuncional e polivalente. A empresa deve aparecer como primeiro plano na vida do trabalhador que deve ser portador de diversas habilidades de forma que seja capaz de realizar múltiplas funções em um mesmo cargo. Segundo Abreo e Fávaro (2005, pág. 4):

A nova forma produtiva, mais flexível, articula desenvolvimento tecnológico e desconcentração produtiva (baseada em empresas médias e pequenas), o processo de organização do trabalho se

realiza mediante uma intensificação das condições de exploração da força de trabalho.

Essa estrutura produtiva reflete nos direitos trabalhistas, que são desregulamentados, flexibilizados, aumentando a fragmentação da classe trabalhadora, bem como a desmobilização do sindicalismo de classe, convertendo-o, na maioria dos casos, em um sindicalismo de empresa. Essas são condições importantes para munir o capital do instrumental necessário à acumulação flexível (ABREO; FÁVARO, 2005, p. 4).

Até aqui observamos que muitas foram às mudanças que ocorreram na sociedade capitalista a partir dos anos 70 e muitas repercussões essas mudanças trouxeram ao campo econômico, social e cultural. Esse apanhado histórico é importante para que possamos compreender quando e como as tecnologias se inserem no Brasil.

Tapajós<sup>12</sup> assinala que podemos observar que, o que se modifica substantivamente nesta nova fase do capitalismo é a capacidade de processamento da informação, a necessidade de flexibilização da produção e redução nos gastos com a energia, custos de produção, estoque, transporte e transmissão.

As mudanças nas relações sociais, produzidas pelo advento das tecnologias, não se dão somente pela incorporação de novas tecnologias, mas pela transformação das formas de produção, acumulação e organização social, acessíveis pelas Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC's, desenvolvendo-se assim um novo padrão de acumulação capitalista baseado no trabalho imaterial, que se processa no conhecimento e nos processos de inovação. Nesta direção há mudanças na natureza do trabalho, e conseqüentemente nas relações entre produção e consumo:

O modo de produção capitalista, cuja lei absoluta é a produção de mais-valia, apresenta características que, com o seu desenvolvimento, tendem a se acentuar. Dentre elas encontra-se a automação, com incorporação, cada vez maior, da ciência e da tecnologia ao processo produtivo, levando, conseqüentemente, a uma substituição frequente de trabalho vivo por trabalho morto, que resultaria no decréscimo da quantidade de trabalho em relação à

---

<sup>12</sup> TAPAJÓS, Luziele M. S. Informação e Políticas de Seguridade Social: uma nova arena de realização dos direitos sociais. Tese de Doutorado, 2003. PUC – São Paulo. p. 52.

massa dos meios de produção que põe em movimento, ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos (MARX, 1971, p. 723). Assim, o uso hegemônico da tecnologia encontra-se submetido aos interesses do capital, e os crescentes processos de informatização e automatização têm culminado na economia e na exploração do trabalho vivo (VELOSO, 2010, p.520).

É necessário deixar claro que existem ideias sobrepostas às inovações tecnológicas, que estão ocultadas nesses termos. Estas ideias exaltam, conforme Veloso (2010), “um pretenso papel de transformação do mundo”, formando pensamentos de que essas inovações por si só, ou seja, a coisa tecnológica modifica e altera as formas de convivência social, deixando à margem o processo social e seus agentes que envolvem o surgimento e estruturação de tais tecnologias, conforme Veloso: [...] levando a pensar que as maravilhas mecânicas, eletrônicas e microeletrônicas nascem diretamente das ideias, sem criadores humanos, concretos, os quais vivem em um modo particular de organização social (VELOSO, 2010, p. 519).

Logo, se a estrutura da sociedade é capitalista, a qual é marcada pela exploração, desigualdade, contradição, cujo principal objetivo tem sido a busca incessante pelo lucro, pela ampliação de extração de mais-valia, pela valorização do capital, quaisquer preocupações com as consequências sociais derivadas do caráter destrutivo de seu padrão de acumulação não está em pauta, é lógico que a utilização de tal tecnologia servirá hegemonicamente a estes interesses.

Esta afirmativa, portanto, nos leva a pensar como hegemonicamente as TIC's tem sido utilizadas, e que elas por si só não são o mal absoluto, porém a obscuridade está na forma de utilização das tecnologias e o objetivo político que damos a elas. E a estrutura da sociedade em que essa tecnologia é concebida, produzida e utilizada deve ser levada em consideração para entendermos isso, conforme podemos ver:

O desenvolvimento tecnológico tem acentuado as contradições presentes no capitalismo. Lojkine (2002) aponta que no âmbito do debate sobre a tecnologia, constata-se o desdobramento de duas

concepções antagônicas acerca do uso político que pode ser feito do computador e de suas redes: de um lado, uma concepção elitista e tecnocrática, que reserva a informação estratégica a um pequeno grupo de indivíduos; de outro, uma concepção autogestionária, que visualiza, nas atuais inovações, não o prolongamento de antigas tendências, mas a possibilidade de uma alteração nas condições de acesso a informação (VELOSO, 2010, p. 520)

Apesar dos aspectos negativos que historicamente estão associados à utilização das TIC's, devido essa utilização hegemonicamente estar voltada para suprir interesses do capital desde seu surgimento há cerca de 40 anos. É possível desenvolver alternativas para utilizá-la com interesses contrários aos hegemônicos, além de que hoje a informatização é questão fundamental, perpassando por todas as áreas de conhecimento e o crescimento do mercado informacional é um fenômeno global.

O acesso, uso e conhecimento dessas tecnologias acrescentam a possibilidade de trabalhar com uma grande quantidade de dados, retirando delas informações importantes, as quais, por sua vez, permitem a avaliação do trabalho desenvolvido e a construção de novas propostas de intervenção. A incidência da TIC no trabalho cotidiano dos assistentes sociais, como por exemplo, no âmbito das políticas sociais, pode promover saltos qualitativos no processamento das atividades profissionais, bem como no planejamento e organização. Além de aprimorar o acesso aos direitos sociais por usuários e usuárias, o que pode ocorrer, através de redes de sistemas de informações relacionadas com as demandas que o Serviço Social atende, bem como a utilização de mídias como meio de enfrentamento da questão social, conforme Veloso:

Trata-se de um grande desafio que aponta para a importância da luta pela construção de novos usos sociais da tecnologia, voltados à satisfação das necessidades sociais da população como um todo, e não apenas de uma pequena minoria. Mais do que uma questão meramente tecnológica, trata-se de uma luta política que busca colocar a serviço dos trabalhadores o produto de seu próprio trabalho (VELOSO, 2010, p. 520-521).

O termo tecnologia da informação e/ou comunicação - TIC é um complexo leque de possibilidades. Alguns relacionam a sua utilização a máquinas e/ou eletrônicos, outros à informática. De acordo com Renato Veloso (2011), a tecnologia não se trata apenas de “[...] instrumento, ferramenta ou equipamento tangível, mas também algo intangível [...]”, e com isso podemos considerar que o conceito de tecnologia também está ligado a procedimentos, métodos e técnicas, não se limitando à máquinas ou a informática, e que tais conceitos não são sinônimos, pois ocorrem de várias maneiras e espaços distintos.

De maneira geral, a definição de TIC está relacionada ao:

“conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos relacionados a uma determinada infraestrutura, da qual fazem parte computadores, softwares, sistemas de rede e etc., que teriam a capacidade de processar e distribuir informações para as organizações e sujeitos sociais” (VELOSO, 2011, p.75).

Ainda, conforme Castells:

Como tecnologia, entendo, em linha direta com Harvey Brooks e Daniel Bell, “o uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de fazerem as coisas de uma maneira reproduzível”. Entre as tecnologias da informação, incluo, como todos, o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação, (software e hardware), telecomunicações/radiofusão, e optoeletrônica (CASTELLS, 2000, p. 67).

Como vimos, as TIC's influenciam diretamente o campo econômico, político e social, e podem ser utilizadas tanto para o fortalecimento dos processos voltados ao aumento da acumulação, quanto para interesses alternativos, priorizando a satisfação dos interesses dos usuários do serviço social, segmentos populares e trabalhadores.

Para tanto, se faz necessário utilizar as TIC's criticamente, com posicionamento político claro, desenvolvendo uma prática propositiva e criativa frente aos desafios que são postos no caminho que trilhamos para materialização dos direitos dos excluídos digitalmente e socialmente. Utilizando esse instrumento como forma de alcançar as finalidades presentes no projeto ético - político da profissão.

A velocidade com que os materiais e técnicas se modificam, chega aos profissionais do Serviço Social, uma vez que demonstra a necessidade de inserir o uso das tecnologias na profissão e também, de repensar as estratégias de uma postura crítica frente ao social. E devido as frequentes transformações que ocorrem na contemporaneidade, o profissional é desafiado a reavaliar e aperfeiçoar sua relação com as tecnologias de informação e comunicação.

O Serviço Social historicamente é dirigido por um projeto profissional vinculado a construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, comprometendo-se com a qualidade dos serviços prestados á população, com aperfeiçoamento intelectual constante, na perspectiva da competência profissional crítica e articulada às prioridades sociais dos usuários, relacionando teoria, ética e técnica.

Segundo Iamamoto (2004), atualmente o profissional do Serviço Social vivência um grande desafio, o qual exige profissionais capazes de propor e não somente executar, portanto, como afirma a autora, o desafio é “[...] desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano [...]” (2004, p. 20).

Nesta perspectiva, devido às exigências da atualidade, o profissional tem que possuir múltiplas habilidades, capacitado não somente para executar, mas também para propor formas de gerir e formular políticas sociais públicas e empresariais. Bem como, um profissional com formação ética, comprometido em alcançar as finalidades presentes no projeto profissional, com conhecimento pleno sobre a realidade que atua e com iniciativas a fim de

encontrar alternativas para aprimorar sua prática rompendo com tarefas repetitivas.

O Serviço Social é uma profissão cujas ações estão direcionadas para a materialização e dilatação de direitos, e para isso precisa estar atualizado a estas modificações. Cabe pensar como hoje o assistente social pode utilizar as TIC's para potencializar suas intervenções e como podemos usá-las a serviço dos sujeitos invisíveis, excluídos socialmente e digitalmente.

A TIC é concebida como uma das formas de potencializar e instrumentalizar o trabalho profissional, atuando junto às expressões da questão social, visando superar a situação de pobreza daqueles que muitas vezes tem seus direitos básicos violados. Avançando na luta pela defesa de direitos, pela ampliação e consolidação da cidadania e pelo aprofundamento da democracia, demandando, nesse sentido, uma utilização das tecnologias marcada pela competência crítica, conforme Veloso:

Apropriando-se do uso instrumento, a partir do uso, reflexão e análise crítica do mesmo, poderá propor mudanças com vistas à sua melhoria. O profissional, ao analisar o uso que faz do seu instrumento, poderá pensar e propor mudanças qualitativas em tal uso, criando e imprimindo-lhe, nesse processo, novos objetivos, novas finalidades, utilizando-o para alcançar novos projetos (2011, p. 95)

Já sabemos as exigências colocadas acima são próprias da reestruturação produtiva, e que com ela a sociedade capitalista iniciou uma nova e ampliada forma de exploração. Exigindo cada vez mais da classe trabalhadora, agregando ainda mais expressões à questão social, porém, eu pergunto, o que iremos fazer diante disso? A utilização desses meios já está posta e bem enraizada no cotidiano dos indivíduos, o que fazer então? Vamos continuar com esse discurso de satanização das tecnologias? Fazendo a crítica pela crítica, sem propor nada que mude essa realidade?

O campo de trabalho do Serviço Social é a questão social e suas expressões, que se apresentam no cotidiano de diversas formas. Entendemos que hoje a desigualdade no acesso a informação caracteriza um recuo no exercício da cidadania e participação social, acentuando também outras expressões da questão social, o que nos leva a reconhecer a exclusão digital como uma expressão das desigualdades sociais.

Sendo assim, chega de hipocrisia (pois sabemos que as tecnologias são utilizadas e ponto) e chega de reclamar, vamos colocar nossa massa cefálica para funcionar, que pode muito mais do que apenas tornar os profissionais “poli-queixosos” - como diria uma querida professora da graduação -, pois o uso desses meios já está posto. E o Serviço Social sendo uma profissão de caráter interventivo, que prima por uma nova ordem societária mais justa e igualitária, tem capacidade para pensar modos de uso que privilegiem os sujeitos excluídos socialmente e digitalmente.

#### 4.1 DESIGUALDADE NO ACESSO A INFORMAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Como podemos ver até aqui, as inovações tecnológicas passaram a se desenvolver gradativamente a partir da década de 70, tendo se intensificado a partir dos anos 90, tornando ágeis e mais acessíveis os conteúdos da informação e comunicação. As TIC's passaram a utilizar a digitalização e a interação em redes para captar, transmitir e distribuir informações e, em geral, estão ligadas a possibilidade de seus usuários interagirem em rede, o que não se verificava nas primeiras tecnologias voltadas para informação e comunicação.

No capítulo anterior, ficou claro que historicamente os meios de produção estão concentrados nas mãos daqueles que os detém, conseqüentemente a apropriação das novas tecnologias também se

concentram nas mãos de poucos, interferindo diretamente nas relações de produção, gerando desigualdades em seus acessos e habilidade de uso.

Portanto, podemos dizer que a partir do advento das novas tecnologias de informação e comunicação, o que estamos vivenciando atualmente pode-se chamar de questão digital. A qual se encontra inserida na própria questão social sob a forma de exclusão digital, que produz expressões claras de desigualdade social, principalmente no que diz respeito ao acesso democrático dessas tecnologias.

Se o que se esperava com a Revolução Industrial, com o uso das máquinas nos processos de produção, era a melhoria na qualidade de vida da população e o resultado foi o surgimento do pauperismo, da concentração de privilégios e agravamento das desigualdades, surgindo a questão social. Com a incorporação das novas tecnologias nos processos de produção não foi diferente, pois o que parecia ser inovador e bom incrementou ainda mais a questão social, ao passo que esse novo modelo de produção exigia mais dos trabalhadores.

Reconhecemos isso, ao modo que, é possível constatar mais uma vez a apropriação desses novos meios pelo capital, que neste caso trata-se da ciência, do conhecimento. Portanto, podemos dizer que a exclusão digital é a exclusão social com uma nova roupagem e que o avanço tecnológico e a exclusão social devem ser tratados numa perspectiva de classe e com todas as multi-características que envolvem essas classes, a saber: gênero, cor, raça, renda, pessoas com deficiência, idosos, etc., considerando que esse avanço casou transformações sociais de ampla magnitude, incrementando as diferenças entre as classes sociais.

A exclusão digital fica evidente ao passo que se observa a desigualdade no acesso à informação e aos meios de comunicação, os quais são necessários para alcançar esse novo mundo digital. E, sobretudo, ao conhecimento como fonte potencializadora de transformação do indivíduo em sujeito de sua própria história, afinal conforme a clássica assertiva de Francis Bacon: “conhecimento é poder”.

Segundo Castells (2000), uma das causas da exclusão social, seria a dificuldade de adaptação dos sujeitos frente às mudanças estruturais operadas pelas inovações tecnológicas, as quais, como já sinalizado, transformaram as relações de produção e trabalho, bem como de consumo no mundo globalizado. Segundo o autor o domínio operacional e o uso incorporado às tecnologias, são fatores determinantes na sociedade, conforme podemos ver neste trecho:

Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em casa período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico (CASTELLS, 2000, p. 45)

Atualmente, podemos apontar que a exclusão social é decorrente da flexibilização dos contratos de trabalho, dos altos índices de desemprego, subemprego, um visível quadro de desemprego estrutural e pauperismo. O que sabemos é que existem muitas famílias sem renda por falta de trabalho ou com baixíssima renda (1/4 do salário mínimo), que não acessaram a educação, com alto índice de analfabetismo e/ou analfabetismo funcional (indivíduos que mesmo que saibam ler possuem dificuldades de interpretação).

Porém, a exclusão social além de estar vinculada a pobreza, engloba dificuldades ou impossibilidades de acesso a mecanismos de desenvolvimento pessoal e capacidades individuais. Interfere na participação plena na sociedade desses indivíduos, famílias e/ou comunidades, pois se avalia que para se efetivar o conjunto dos fatores expostos, depende das disposições econômicas, sociais e políticas que estes sujeitos têm acesso.

Portanto, para que esses sujeitos sejam protagonistas de suas próprias histórias, é necessário dar a devida oportunidade a eles, para que possam se envolver ativamente na trama que está em torno da configuração de seus destinos, e a partir de tudo que foi exposto até aqui, julga-se preocupante. O

índice de sujeitos que se encontram sem acesso a informações realmente importantes para sua emancipação, principalmente no que tange ao acesso e uso das TIC's, já que atualmente é neste âmbito que se processam e disseminam informações, e onde atualmente, podemos ver que na maioria das vezes a utilização desses meios é passiva, ou não existe, o que vai depender de qual tecnologia está sendo acessada.

Uma grande transformação, por exemplo, que é determinante no acesso a informações essenciais para a gestão das políticas, bem como da vida dos sujeitos, principalmente no que tange ao acesso a informação, foi transportar para o ambiente virtual, informações e estatísticas das mais variadas. No que tange aos serviços sociais, por exemplo, no Brasil percebemos que nos últimos anos foram desenvolvidos importantes e abrangentes sistemas de informação, que utilizam as novas tecnologias essencialmente como fonte material e metodológica, por exemplo, temos o DATAPREV (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social), o DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde) e o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Não somente isso, o governo desenvolveu vários sites e portais onde se concentram informações preciosas no que tange a participação e controle social, ao acesso a recursos federais, estaduais e municipais, informações sobre direitos, saúde, educação e habitação, conforme os exemplos a seguir:

a) Portal e-Democracia<sup>13</sup>, que por meio da Internet, incentiva a participação da sociedade no debate de temas importantes para o país;

b) Portal da Transparência do Governo Federal<sup>14</sup>, que é uma iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU), a fim de assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar;

---

<sup>13</sup> Disponível em: [http://edemocracia.camara.gov.br/o-que-e#.VX8D\\_IViko](http://edemocracia.camara.gov.br/o-que-e#.VX8D_IViko) Acessado em 01/06/2015.

<sup>14</sup> Disponível em: <http://transparencia.gov.br/> Acessado em 01/06/2015.

c) Portal Brasil<sup>15</sup>, que reúne vários assuntos no mesmo site, tais como: Cidadania e Justiça, Ciência e Tecnologia, Cultura, Defesa e Segurança, Economia e Emprego, Educação, Esporte, Governo, Infraestrutura, Meio Ambiente, Saúde e Turismo.

d) Site Programas do Governo<sup>16</sup>, que reúne todos os programas do governo federal em atividade.

Segundo estatísticas do IBGE, em 2013 cerca de 51,60 habitantes a cada 100 possuíam acesso à internet. Conforme dados da “Pesquisa Brasileira de Mídia 2015” (PBM 2015). A televisão segue como meio de comunicação mais acessado pelos brasileiros, que estes passam cerca de 5 (cinco) horas do seu dia conectado à internet e que os jornais são os veículos em que os brasileiros mais confiam.

Essa pesquisa foi encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) para compreender como a população brasileira se informa. E foi realizada através de pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE, com mais de 18 mil entrevistas.

Ainda segundo a pesquisa, o rádio continua sendo o segundo meio de comunicação mais acessado pelos brasileiros, porém em comparação com a pesquisa feita em 2014, sua utilização caiu em 2015 de 61% para 55%. Em contrapartida, a pesquisa mostrou que a quantidade de entrevistados que disseram ouvir rádio todos os dias, subiu de 21% em 2014 para 30% em 2015.

A pesquisa também apontou que 48% dos brasileiros usam internet. Porém, também mostrou que existem diferenças no acesso conforme o grau de escolaridade e a idade dos entrevistados. Segundo a pesquisa,

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/> Acessado em 01/06/2015.

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.programadogoverno.org/> Acessado em 01/06/2015.

Mais do que as diferenças regionais, são a escolaridade e a idade dos entrevistados os fatores que impulsionam a frequência e a intensidade do uso da internet no Brasil. Entre os usuários com ensino superior, 72% acessam a internet todos os dias, com uma intensidade média diária de 5h41, de 2ª a 6ª-feira. Entre as pessoas com até a 4ª série, os números caem para 5% e 3h22. 65% dos jovens na faixa de 16 a 25 se conectam todos os dias, em média 5h51 durante a semana, contra 4% e 2h53 dos usuários com 65 anos ou mais (PBM, 2015, p.7).

Embora o Brasil apresente um dos maiores índices de usuários da internet, seu acesso concentra-se nas classes sociais de maior renda, privilegiando um grupo ao acesso de informações, transferência de dados e comunicação. Conforme podemos ver na pesquisa realizada pela PNAD em 2011, 46,5% da população total brasileira acessava a internet, sendo que 76,1% do acesso se dava por pessoas com rendimento entre 3 e 5 salários mínimos. Ainda nessa pesquisa, constatou-se que apenas 10,8% de pessoas com 60 ou mais tem acesso a internet. Diante desses dados podemos concluir que a exclusão digital pode estar ligada a grupos com baixa renda, idade avançada, grau de escolaridade e desemprego.

Como citado anteriormente, a partir das inovações tecnológicas, o Brasil desenvolveu grandes sistemas de informação, dos quais para se ter acesso é necessário, além de um microcomputador, acesso à internet e conhecimento da existência desses sistemas. Bem como utilizá-los com apropriação consciente da informação, superando a atitude passiva, enfim, são necessárias condições materiais objetivas e subjetivas. Hoje podemos perceber que as TIC's mais difundidas são computadores pessoais com acesso à internet, emails e redes sociais; telefones celulares; além de tecnologias de captação de som e imagem. E a partir dessas inovações, passou-se a falar de inclusão digital.

A inclusão digital por parcela da população ocorre independente da vontade do homem quando ocorre a reestruturação produtiva, pois ocorre pelo capital. Logo as inovações eletrônicas e informáticas passam a fazer parte da vida das pessoas, com um pouco de espanto no início, tornando-se comum posteriormente. Porém, se por um lado nos deparamos com a rapidez

implacável dessas mudanças, de outro é necessário avaliar a capacidade de intervenção do Estado, bem como dos demais agentes envolvidos neste processo, pois a população desfavorecida não possui meios próprios de se incluir nesse processo de digitalização das informações e da comunicação, não podendo alcançar os benefícios de tais tecnologias.

Diante disso, conclui-se que a inclusão digital se faz necessária, não somente com vistas a suprir uma demanda de mercado do capital, mas também com objetivos de instruir os sujeitos politicamente, onde desenvolvam uma apropriação consciente da informação, e não somente superficial.

Portanto, o Estado há que assegurar políticas públicas, programas e ações governamentais de impacto na transformação da realidade, que possibilitem ao contingente populacional excluído, o acesso a esse mundo digital e de conhecimento. Para isso, foram criados inúmeras políticas, programas, ações e secretarias, todavia sabemos que existir no papel é diferente e distante de existir na materialidade da vida dos sujeitos, e que os profissionais do Serviço Social precisam movimentar-se em busca da democratização da informação e comunicação, propondo alternativas para enfrentamento da exclusão social e digital.

Portanto, o Serviço Social encontra na contemporaneidade desafios frente à inclusão social dos sujeitos excluídos digitalmente, de forma que se faz necessário pensar em práticas que modifiquem o quadro de cidadãos que não estão acessando informações importantes para gestão de suas vidas, e para isso percebe-se a necessidade de que os profissionais da categoria, bem como outros profissionais da área social, apropriem-se do uso das TIC's de maneira crítica e ativa, extraindo dessas, modos de uso que possibilitem, em conjunto com a realidade que é colocada a estes sujeitos, o acesso à informação e ao conhecimento às populações historicamente expropriadas dessas tecnologias.

## 5 DEMANDAS DO SEGMENTO IDOSO NO MUNICÍPIO DE MORRETES – PARANÁ: MÍDIA RÁDIO COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO A EXCLUSÃO SOCIAL E DIGITAL

Morretes é uma cidade com aproximadamente 684, 580km<sup>2</sup> de área territorial e está localizada no Litoral Paranaense. Seu desmembramento deu-se em sua origem por Antonina, atual município vizinho, e sua instalação, datada em documentos oficiais, foi em 1841, apesar de existirem documentos históricos que contam que desde 1646 Morretes já era habitada por mineradores e aventureiros, vindos de Vilas e povoações paulistas, motivados pelas descobertas de jazidas de ouro na região.

Conforme os dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Morretes possui uma população estimada para 2015 de 16,381 habitantes e seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,686 mostra que o município está se desenvolvendo a passos medianos. O município tem na agropecuária as suas principais atividades econômicas, sendo que na produção agrícola destacam-se a banana, cana-de-açúcar e tomate, na pecuária o cultivo de galináceos e na produção de origem animal destacam-se os laticínios.

O município recebe também a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, arrecadada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, e conforme dados do último caderno estatístico produzido pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES em 2015, o município recebeu no ano de 2014 a compensação no valor de R\$ 40.566,18 (TABELA 1).

TABELA 1 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL (CFEM) – 2014

Valor da Compensação Financeira (1)	40.566,18	R\$ 1,00
-------------------------------------	-----------	----------

FONTE: IPARDES/2015/DNPM

(1) Estabelecida pela Constituição de 1988, em seu Art. 20, § 1º, é devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios.

Ainda conforme dados da amostra do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, a área que possui maior concentração populacional no município de Morretes é a rural, concentrando-se quase 60% da população em domicílios rurais.

Conforme dados do Censo, 7,178 habitantes estão em domicílio urbano e 8,540 em domicílio rural, o que podemos constatar observando as TABELAS 2 e 3 abaixo, as quais trazem dados sobre a concentração populacional e população segundo tipo de domicílio e sexo:

TABELA 2 – ÁREA COM MAIOR CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL

População Residente por Área e Sexo	% da concentração
População residente – total	15.718
População residente - situação do domicílio – urbana	45,7 %
<b>População residente - situação do domicílio – rural</b>	<b>54,3 %</b>
População residente - sexo – masculino	50,6%
População residente - sexo – feminino	49,4%

FONTE: IBGE 2010

TABELA 3 – POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DOMICÍLIO E SEXO

Tipo de Domicílio	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
Urbano	3.516	3.662	7.178
<b>Rural</b>	4.434	4.106	<b>8.540</b>
TOTAL	7.950	7.768	15.718

FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2010

NOTA: Dados do universo.

Devido à população morretense estar em sua maioria concentrada na área rural, observamos que os postos de saúde estão localizados nesse âmbito, sendo favorável o acesso para essa população a alguns serviços. No centro encontra-se o Hospital Geral, o NIS (Núcleo de Saúde Integrado), o SAMU, a Secretaria Municipal de Saúde, além de 09 (nove) consultórios particulares, que em sua maioria são clínicas odontológicas, poderá se notar isso a seguir na TABELA 4 abaixo:

TABELA 4 – UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MORRETES COM ENDEREÇAMENTO

ESTABELECIMENTO	ENDEREÇO
Hospital e Maternidade de Morretes	Rua Santos Dumont, 91 – Centro
Núcleo Integrado de Saúde	Rua General Carneiro, 01 - Centro
Posto de Saúde Carambiu	BR277, KM 34, 00 – Rio Sagrado
Posto de Saúde do Rodeio	Estrada do Anhaia, 00 – Rodeio
Posto de Saúde Vila das Palmeiras	Rua José Pereira, 1000 – Vila das Palmeiras
SAMU 192 Morretes	Rua Santos Dumont, 91 – Centro
Sec. Municipal de Saúde	Rua General Carneiro, 00 - Centro
US Euclides Gonzaga L. Candonga	Candonga, S/N – Rio Sagrado de Cima
US Floresta	Colônia Floresta, 01 - Floresta
US João Robassa América de Baixo	América de Baixo, S/N – América de Baixo
US Maria Christina C. C. Anhaia	Anhaia, S/N - Anhaia
US Porto de Cima	Rua 7 De Março, S/N – Porto de Cima
US Sambaqui	Sambaqui, S/N – Sambaqui

FONTE: CNES – Tipos de Estabelecimento e Estabelecimentos por Endereçamento.

NOTA: Elaboração própria.

Conforme apontam as pesquisas nacionais, podemos observar o aumento da população de idosos no Brasil, e no município de Morretes não é diferente. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, a população idosa (pessoas com 60 ou mais anos de idade) em 2002 era de aproximadamente 16 milhões de pessoas, correspondendo a 9,3% da população brasileira. Em 2010 esse número subiu para mais de 20 milhões de pessoas com mais 60 anos no Brasil, o qual corresponde a aproximadamente 10% da população naquele ano.

Considerando o aumento da expectativa de vida, as projeções apontam para uma população de idosos em 2020, de 25 milhões de pessoas, representando 11,4% da população total brasileira. Com esse aumento considerável da população idosa, importantes impactos e transformações nas políticas públicas serão produzidos, principalmente saúde, previdência e assistência social.

Conforme poderemos observar, quase 13% da população de Morretes possui mais de 60 anos (TABELA 5):

TABELA 5 – POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SEXO – 2010

FAIXA ETÁRIA (anos)	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
Menores de 1 ano	116	110	226
De 1	117	119	236
De 2	87	130	217
De 3	127	124	251
De 4	120	115	235
De 1 a 4	451	488	939
De 5	140	112	252
De 6	120	98	218
De 7	127	142	269
De 8	120	149	269
De 9	130	127	257
De 5 a 9	637	628	1.265
De 10	160	132	292
De 11	151	153	304
De 12	146	152	298
De 13	154	147	301
De 14	154	183	337
De 10 a 14	765	767	1.532
De 15	183	162	345
De 16	154	154	308
De 17	154	145	299
De 18	155	120	275
De 19	124	94	218
De 15 a 19	770	675	1.445
De 20 a 24	595	579	1.174
De 25 a 29	521	551	1.072
De 30 a 34	606	591	1.197
De 35 a 39	590	545	1.135
De 40 a 44	548	512	1.060
De 45 a 49	503	442	945
De 50 a 54	434	441	875
De 55 a 59	378	423	801
De 60 a 64	338	335	673
De 65 a 69	272	230	502
De 70 a 74	201	168	369
De 75 a 79	112	130	242
De 80 anos e mais	113	153	266
TOTAL	7.950	7.768	15.718

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados do universo

No segundo semestre de 2014 concluí meu estágio curricular obrigatório que, como já citado anteriormente, desenvolvi no PDUR. Essa experiência resultou num estudo exploratório sobre a rede de atenção à saúde no município de Morretes, que se deu através da tabulação de dados e indicadores municipais, estaduais e nacionais.

Na ocasião foram levantadas informações sobre a situação da rede de atendimento a saúde - seus equipamentos, serviços e assistência - no referido município. A análise destes dados possibilitou encontrar algumas lacunas no que tange ao atendimento a saúde neste município, bem como uma proposta de resolução para os déficits identificados referentes aos serviços na saúde disponíveis aos munícipes de Morretes.

Na referida pesquisa pode constatar que o quadro de recursos humanos na saúde do município não integra profissionais de geriatria ou gerontologia, os quais são essenciais para propiciar longevidade com melhor qualidade de vida para a população idosa. Como Morretes possui uma população idosa considerável, a ausência de tais profissionais deixam lacunas para um envelhecimento com qualidade (TABELA 6).

TABELA 6 – RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DA SAÚDE DE MORRETES - 2013

RECURSOS HUMANOS	QUANTIDADE
Anestesista	-
Cirurgião Geral	1
Clínico Geral	10
Gineco Obstetra	4
Médico de Família	3
Pediatra	1
Psiquiatra	-
Radiologista	1
Cirurgião Dentista	7
Enfermeiro	10
Fisioterapeuta	4
Fonoaudiólogo	1
Nutricionista	2
Farmacêutico	-
Assistente Social	-
Psicólogo	1
Aux. De Enfermagem	2
Téc. De Enfermagem	20

FONTE: SUBPLAN – DATASUS/CNES - 2013

Foi constatado também que ocorre uma incidência maior de óbitos por doenças do aparelho circulatório, comparando de 2008 a 2012, onde se dispusermos um “rank” de causas de óbitos, as doenças oriundas do aparelho circulatório estariam em primeiro lugar. Em seguida seriam os óbitos por neoplasias, em terceiro entram as doenças do aparelho respiratório, em quarto

as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas – neste caso a diabetes mellitus foi causa de 10 óbitos em 2012 -, e em quinto ficam as causas externas, conforme as tabelas abaixo (TABELA 7 E TABELA 8).

TABELA 7 - ÓBITOS (CID10) SEGUNDO TIPOS DE DOENÇAS - GERAL – 2012

TIPOS DE DOENÇAS (CID10)	CAPÍTULO CID10	Nº DE ÓBITOS
Infeciosas e parasitárias	I	4
Tuberculose (Todas as formas)	-	-
Hanseníase	-	-
Pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV)	-	1
Neoplasias (Tumores)	II	23
<b>Neoplasias malignas</b>	-	<b>23</b>
Do sangue, órgãos hematopoéticos e transtornos imunitários	III	2
Endócrinas, nutricionais e metabólicas	IV	15
<b>Diabetes mellitus (Todos os tipos)</b>	-	<b>10</b>
Transtornos mentais e comportamentais	V	1
Do sistema nervoso	VI	5
Do olho e anexos	VII	-
Do ouvido e da apófise mastóide	VIII	-
<b>Do aparelho circulatório</b>	IX	<b>34</b>
Infarto agudo do miocárdio (IAM)	-	2
Doenças cerebrovasculares (AVC / AVE)	-	15
<b>Do aparelho respiratório</b>	X	<b>18</b>
Do aparelho digestivo	XI	3
Da pele e do tecido celular subcutâneo	XII	-
Do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	XIII	6
Do aparelho geniturinário	XIV	2
Gravidez, parto e puerpério	XV	-
Algumas afecções originadas no período perinatal	XVI	2
Mal formação congênita, deformidades, anomalias cromossômicas	XVII	1
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	XVIII	12
<b>Causas externas de morbidade e mortalidade</b>	XX	12
Acidentes de trânsito (Transporte)	-	<b>6</b>
Outras causas externas de lesões acidentais (Outros acidentes)	-	-
Lesões autoprovocadas intencionalmente (Suicídios)	-	1
Agressões (Homicídios)	-	5
Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada	-	-
Intervenções legais e operações de guerra	-	-
Complicações de assistência médica e cirúrgica	-	-
Sequelas de causas externas	-	-
<b>TOTAL DE ÓBITOS</b>		<b>140</b>

FONTE: Datasus, SESA-PR

NOTA: CID10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª Revisão Internacional de Doenças. Dados sujeitos a revisão pela fonte. Não incluído os casos de local ignorado. Posição dos dados, no site do Datasus, 21 de maio de 2014.

TABELA 8 – COEFICIENTE DE MORTALIDADE PARA ALGUMAS CAUSAS SELECIONADAS (POR 100.000 HABITANTES)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aids	-	12,6	6,2	6,0	5,9	23,4	11,9
Neoplasia malig. da mama/100.000	-	25,8	-	-	-	-	-
Neoplasia malig. Do colo do útero	13,1	12,9	25,5	12,4	12,2	-	-
<b>Infarto agudo do miocárdio</b>	50,9	50,2	55,8	42,1	83,1	52,6	<b>29,7</b>
<b>Doenças cerebrovasculares</b>	95,4	125,5	74,3	78,2	89,0	140,4	<b>124,6</b>
Diabetes mellitus	38,2	43,9	31,0	24,1	35,6	17,5	23,7
Acidentes de transporte	44,5	37,7	37,2	54,2	41,5	17,5	53,4
Agressões	19,1	6,3	6,2	6,0	17,8	11,7	17,8

FONTE: SIM. Situação da Base de Dados Nacional em 14/12/2009.

Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Outro dado que também chamou muito a atenção foi em questão ao número de deficiência visual no município de Morretes. De acordo com dados retirados dos Resultados Gerais da Amostra, do Censo Demográfico do IBGE – 2010, cerca de 25% da população declarou ter algumas das deficiências investigadas pelo Instituto, e cerca de 20% disseram ter alguma dificuldade visual (TABELA 9).

TABELA 9 - POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA – 2010

TIPO DE DEFICIÊNCIA	POPULAÇÃO
Nenhuma	11.758
Pelo menos uma das deficiências investigadas (1)	3.960
<b>Visual</b>	<b>3.089</b>
Auditiva	895
Física e/ou motora	1.352
Mental e/ou intelectual	253
<b>TOTAL</b>	<b>15.718</b>

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

NOTA: Posição dos dados, no site do IBGE, 28 de julho de 2014.

(1) A mesma pessoa pode apresentar mais de uma deficiência.

De acordo com levantamento dos dados, o município não possui oftalmologista em seu quadro de recursos humanos (vide TABELA 5), valeria aqui identificar como procedem aos atendimentos a essa demanda no município, e se a ESF (Equipe Saúde da Família) possui alguma estratégia, programa ou projeto na atenção básica para melhorias nesse déficit.

Voltando aos dados referentes à população idosa do município, pode observar que a quantidade de óbitos a partir da faixa etária de 50 anos aumenta, nos levando a perceber que mesmo que o maior número de óbitos seja de idosos, ainda sim a população vem aumentando, o que nos leva a pensar que se faz necessário desenvolver estratégias para melhorar a qualidade de vida dessa população, onde essas possam envelhecer com saúde, tendo contempladas todas as necessidades, além de que o incentivo e inclusão desses idosos nos espaços de participação popular, onde possam exercitar sua cidadania, em busca de materialização e dilatação de seus direitos. Podemos constatar a quantidade de óbitos e internações de idosos nas tabelas abaixo (TABELA 10 E TABELA 11):

TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS INTERNAÇÕES POR GRUPO DE CAUSAS E FÁXIA ETÁRIA SELECIONADAS – CID10

Capítulo CID	- 1	1 a 4	15 a 19	50 a 64	65 e +	60 e +	Total
I.Algumas doenças infecciosas e parasit.	13,9	13,6	2,5	8,1	5,1	4,5	7,9
II.Neoplasias (tumores)	-	1,7	2,5	2,4	4,2	3,4	2,9
IV.Doenças endócrinas nutri. e metab.	-	1,7	-	8,1	9,3	8,2	4,5
IX.Doenças do aparelho circulatório	-	-	1,3	31,6	35,6	37,8	26,5
X.Doenças do aparelho respiratório	50,0	45,8	3,8	18,7	18,1	18,9	25,8
XI.Doenças do aparelho digestivo	13,9	3,4	2,5	12,0	4,6	5,5	6,9
XIV.Doenças do aparelho geniturinário	2,8	8,5	7,5	5,3	9,3	8,2	6,9
XV.Gravidéz parto e puerpério	-	-	62,5	-	-	-	10,4
XIX.Lesões even e out consq causas ext.	-	6,8	6,3	3,3	4,2	4,1	4,1
Total	80,6	81,5	88,9	89,5	90,4	90,6	87,1

FONTE: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

TABELA 11 – MORTALIDADE PROPORCIONAL (%) POR FAIXA ETÁRIA SEGUNDO GRUPO DE CAUSAS – CID10

Grupo de Causas	- 1	1 a 4	15 a 19	50 a 64	65 e +	60 e +	Total
I.Algumas doenças infecciosas e parasit.	-	100,0	-	9,1	2,2	1,9	18,8
II.Neoplasias (tumores)	-	-	-	18,2	10,9	11,1	6,7
IX.Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	36,4	60,9	57,4	22,7
X.Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	9,1	13,0	13,0	10,4
XVI. Alg. afec origin. no per. perinatal	100,0	-	-	-	-	-	16,6
XX.Causas ext. de morb. e mortalidade	-	-	-	18,2	2,2	3,7	4,0
Demais causas definidas	-	-	-	9,1	10,9	13,0	5,5
Total	100	100	-	100	100	100	100

FONTE: SIM. Situação da Base de Dados Nacional em 14/12/2009.

Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Conforme o que foi exposto, pode-se verificar que 36% dos óbitos por doenças do aparelho circulatório ocorrem em pessoas a partir dos 50 anos e 60% em pessoas com 65 ou mais. Portanto, conclui-se que a maior patologia que afeta esse grupo de faixa etária são as doenças provenientes do aparelho circulatório, o que ocasiona um grande número de causa de óbitos por infarto do miocárdio e doenças cerebrovasculares.

Sabemos que doenças do aparelho circulatório como as cerebrovasculares e infarto do miocárdio são oriundas, na maioria, de pessoas que já possuem hipertensão arterial. O número de pessoas cadastradas na atenção básica do município com hipertensão no período de Janeiro de 2014 a Setembro de 2014 aumentou consideravelmente. Sabendo que a hipertensão está relacionada a todas as patologias citadas acima, a partir disso podemos apontar que essa patologia está em evidência no município, e como já citado acima, o grupo mais atingido encontra-se na faixa etária dos 60 anos (TABELA 12).

TABELA 12 – CADASTRO DE HIPERTENSOS NO MUNICÍPIO DE MORRETES DO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2014

Mês e Ano	Número de Cadastrados no Mês
Janeiro/14	384
Fevereiro/14	428
Março/14	292
Abril/14	370
Mai/14	400
Junho/14	367
Julho/14	679
Agosto/14	989
Setembro/14	988

FONTE: Ministério da Saúde/ SIAB

NOTA: Elaboração própria.

Em conversa com a secretária de Saúde do município no ano de 2014, Adriana Rosetti, constatamos a existência do Conselho Municipal de Saúde, no qual há representação do segmento social da terceira idade, feita pelo “Clube da Terceira Idade Amigos para Sempre”, através da representante Raquel Jussara Brambila Pinto. Porém, não conseguimos contato com a responsável

pelo grupo para esclarecimentos sobre a existência de ações para os idosos através desse clube no município. A Secretaria de Saúde informou que a partir de 2014 iniciariam ações pontuais para os idosos do município, tais como: palestras sobre a saúde do idoso e alimentação saudável, aferições de pressão e alongamentos.

Conforme apontado anteriormente, podemos observar o aumento da população de idosos no Brasil, bem como no município de Morretes, portanto, observa-se a necessidade de desenvolver ações que visem à prevenção à saúde do idoso, e não somente ações de promoção da saúde, as quais em sua grande maioria acontecem pontualmente e não contemplam as reais necessidades dessa população.

Projeções das Nações Unidas (Fundo de Populações) indicam que 1 (uma) em cada 9 (nove) pessoas no mundo tem 60 anos ou mais. O estudo aponta, ainda, que, em 2050, pela primeira vez, haverá mais idosos que crianças menores de 15 anos.

Em 2012, 810 milhões de pessoas tinha 60 anos ou mais, constituindo 11,5% da população global naquele ano. Projeta-se que esse número alcance 1 bilhão em menos de dez anos e mais que duplique em 2050, alcançando 2 bilhões de pessoas ou 22% da população global. Já no Brasil, segundo pesquisa do IBGE, a população idosa totaliza 23,5 milhões de pessoas.

Conforme dados apresentados anteriormente, o percentual de idosos no município de Morretes está em torno de 13%, onde os mesmos possuem demandas emergentes na área da saúde. Porém, não foram somente demandas na área da saúde que pude localizar em minha pesquisa. Constatou-se também, que não há Conselho Municipal do Idoso no município e, conforme Censo 2010 do IBGE, 16,4% da população idosa do município de Morretes não sabem ler ou escrever.

Em entrevista cedida pelo telefone com a Claudia Peluso, atual Secretária de Ação Social do município de Morretes, ela informou que o CMI existe no papel, porém está desativado. Informou também que existe uma ação

denominada “Ação Social vai até você”, onde um grupo composto por 1 (uma) psicóloga, 1 (uma) educadora, 1 (um) operador do cadastro único (CadÚnico) e 1 (uma) assistente social, duas vezes na semana desenvolvem atividades com dois grupos de idosos, com frequência de cerca de 30 (trinta) pessoas, que envolvem atividades físicas, cadastros de benefícios, avaliações e outras. A secretária informou também que não há procura por parte dos idosos na Ação Social, e que geralmente são realizadas visitas domiciliares. Disse também que em média, ocorrem cerca de 2 (duas) denúncias ou outras solicitações mensais no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS envolvendo idosos.

Diante do exposto, percebemos que existem muitas demandas oriundas dos idosos no município, desde no que tange a saúde desse grupo, além da taxa de analfabetismo e também quanto à privação de espaços de convívio, participação e controle social.

Entendemos que se faz urgente a criação do Conselho Municipal do Idoso, pois é uma importante instância de participação da comunidade que se fosse implementada poderia ser um aparelho efetivo para materialização dos direitos dos idosos no município. Este seria um espaço significativo para expor e debater as necessidades e anseios desse segmento, encaminhando propostas aos poderes municipais, principais responsáveis pela execução das ações.

Segundo o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos – CNDI é importante criar o conselho para: estimular os idosos a participarem da formulação da Política Municipal do Idoso - PMI; sensibilizar os Poderes Públicos municipais quanto às responsabilidades no atendimento das demandas do segmento em consonância com as políticas públicas do idoso; buscar parcerias que promovam os direitos dos idosos; incitar a organização de idosos e sua efetiva participação social, visando sua integração e exercício da cidadania; fortalecer o papel do Conselho Municipal enquanto órgão interlocutor entre a sociedade e o Poder Público; cooperar na formulação de ações locais de promoção da pessoa idosa, além de fiscalizar, supervisionar e

avaliar a implementação da Política Nacional do Idoso - PNI e do Estatuto do Idoso; impulsionar a apoiar ações concretas em favor dos idosos visando assegurar sua continuidade.

O Conselho Municipal do Idoso - CMI é o órgão de representação dos idosos, e constitui um importante aparelho de controle democrático das ações governamentais e privadas desenvolvidas para um efetivo atendimento ao idoso, garantindo o direito de participação cidadã na definição das políticas de atenção ao idoso.

O papel do CMI é consultivo, normativo, deliberativo e formulador de políticas dirigidas à pessoa idosa e, portanto, fica como proposta para os gestores municipais usarem da vontade política e dos demais meios disponíveis para mobilizar a sociedade a fim de incentivar e protagonizar o exercício da cidadania da pessoa idosa, operando a criação de um Conselho do Idoso no município de Morretes.

Reconhece-se também a importância de desenvolver serviços específicos para os idosos, como a criação de um Centro de Convivência do Idoso<sup>17</sup>, espaço que tem por objetivos o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. Podem-se encontrar informações sobre esse serviço na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109/2009), onde define objetivos específicos do serviço para idosos.

---

<sup>17</sup> Maiores informações sobre esse serviço encontra-se disponível no link: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/scfv-servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/servicos-para-idosos/?searchterm=scfv%20idosos> Acessado em 04/06/2015.

## 5.1 MÍDIA RÁDIO COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE MORRETES – PARANÁ: DIREITO A INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

Como já exposto anteriormente, as mídias aparecem com mais evidência na sociedade a partir do final do século XIX, e a radiodifusão, ou radiotelegrafia, como era chamada na época, aparecem na sociedade em meados do século XIX e XX. Em 1800 na França, Claude Chappe desenvolvia o telégrafo mecânico, o qual posteriormente foi aprimorado pelo uso do fio elétrico (Stephen Gray), levando a criação do telégrafo elétrico.

Segundo a história, o físico italiano Guglielmo Marconi criou o primeiro aparelho de rádio do mundo em 1896. Ele reuniu diversos equipamentos para transmissão e recepção de sinais através do espaço, com objetivo inicial de substituir o telégrafo elétrico, que dependia do cabeamento de extensas regiões, pelo radiotelégrafo, que não dependia de fios, conforme explica Espíndola (2011):

Assim, pode-se citar que, em 1800, Chappe punha em prática o telégrafo. O físico Volta, nesse mesmo ano, inventou a pilha. Há outros nomes importantes, como Oersted, Faraday, Ampère, Fresnel, Maxwell, Hertz e, claro, Gluglielmo Marconi, físico italiano, em 1895, autor das revolucionárias experiências técnicas de comunicação, que o Primeiro Mundo reconhece como o “descobridor da rádio” (2011, p. 217).

No Brasil existem convergências sobre no que toca ao surgimento da primeira emissora de rádio. De um lado, e oficialmente falando, acredita-se que a pioneira deste feito foi a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, atual Rádio MEC, no ano de 1923. Do outro, fala-se que a Rádio Clube de Pernambuco, a qual ainda está no ar, foi pioneira efetuando transmissões desde 1919. Porém, como afirma Espíndola (2011):

[...] Tinha como fim básico reunir seus membros para a recepção de sinais de emissoras norte-americanas, que ele (Martins, 2007) define como uma “espécie de sistema radioamador”. Sua primeira transmissão de programação ocorreu em 17 de outubro de 1923, o que lhe consagrou como a segunda emissora nacional de rádio (2011, p. 219).

Bem, a primeira transmissão oficial de rádio foi, portanto, realizada pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Henrique Morize e Edgar Roquette Pinto, às 20h30 do dia 1º de maio de 1923.

Atualmente, podemos ver e ouvir várias das expressões da questão social cotidianamente nos diversos meios de comunicação que veiculam informações, veículos de radiodifusão de sons e imagens como rádios, TV's e cinema, através dos impressos também, como jornais e revistas, bem como pela internet, e na maioria das vezes, essas informações são repassadas por profissionais que não possuem atuação reconhecida nas expressões das desigualdades sociais, conforme sinaliza Espíndola (2011):

[...] Alguns desses veículos, porém, desprovidos de postura ética, pautam seus noticiários com base em manifestações empíricas das desigualdades sociais – as quais integram a matéria-prima de nossa práxis no mundo do trabalho -, engendrando, na prática, um modo de espetacularização da vida dos seres sociais [...] (2011, p. 215).

O Serviço Social tem o dever de se posicionar contrariamente a este tipo de jornalismo sensacionalista, que é munido de outros interesses, contrários a lógica de utilidade pública dos meios de comunicação e sua função social, a saber:

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (BRASIL, 2010, p. 44).

Considerando que a mídia rádio ainda é a segunda mais acessada pelos indivíduos, pondera-se que é um veículo de largo alcance dos sujeitos, os quais se não souberem ler ou escrever, ou forem excluídos do acesso a mundo digital, poderão ouvir a partir da rádio, informações na mesma proporção e conteúdo das que são veiculadas virtualmente.

Com isso, medimos que, devido ao caráter potencializador de difundir informações, a mídia rádio trata-se um campo estratégico, onde se agregarmos o Serviço Social, com profissionais comprometidos com o projeto ético-político da profissão e com a competência crítica de que fala Veloso (2010). Além de outros parceiros que acreditem e defendam a comunicação como um campo de ação política estratégica fundamental para a transformação da sociedade, podemos dizer que encontramos uma alternativa de inclusão, tanto social quanto digital - ao passo que se pode veicular as mesmas informações virtuais transportadas para escuta-, conforme indica Espíndola (2007):

Pressupõe-se que os veículos de comunicação social – especialmente a mídia rádio – constituem espaços públicos de mediação, de divulgação de direitos e deveres sociais, de cultura, educação, mesmo que façam parte do setor privado, com função pública. Podem, assim, vir a se constituir, a nosso ver, em espaços de divulgação dos valores e princípios que norteiam a análise de conjuntura e demais leituras sociais, a partir do projeto ético-político que fundamenta a profissão de Serviço Social. Pensa-se que uma nova modalidade de pactuação e parceria interdisciplinar poderia se fazer com profissionais da área de Comunicação Social, dispostos e também comprometidos com a construção do conhecimento, com o resgate da cidadania e a socialização de informações [...] (2011, p. 228).

Esses meios de comunicação, conforme indicado anteriormente, possuem uma função social, esclarecidos na CF, porém sabemos que na prática não é assim que as coisas estão postas. No Brasil, historicamente, a

concessão de rádios e canais de TV, até o momento, tem sido pré-estabelecidas pela lógica privada, as quais integram jogos políticos e econômicos, tanto regionais e quanto nacionais, e é por isso que observamos um pequeno grupo de famílias que detém quase todas as empresas do sistema de difusão de comunicações no país.

Todavia, apesar de historicamente o conjunto das TIC's estarem condicionados aos princípios liberais, existem meios de utilizá-las que se retiram dessa lógica liberal, onde os objetivos sejam a democratização dos meios de comunicação, voltados para cumprir o papel social dos meios de comunicação, que consiste num potencial socializador de conhecimento e de educação para a cidadania, conforme Ruiz (2011):

O que se coloca em questão é construir a possibilidade de rompimento com o discurso único neoliberal hoje presente na grande imprensa nacional e internacional, abrindo perspectivas de que os movimentos sociais, os partidos políticos e demais organizações da sociedade possam divulgar suas teses, ideias e proposições para a concretização de todos os direitos humanos historicamente demandados pelas lutas dos trabalhadores, inclusive a comunicação, em uma sociedade justa e democrática (2011, p. 99).

O conclui indicando que:

Ao Serviço Social cabe cotejar estes avanços na compreensão do direito a comunicação com suas estratégias de comunicação e com a Política Nacional de Comunicação do Conjunto (CFESS, 2001) que envolve o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS/CRESS), buscando – ainda que neste espaço contraditório e adverso conjunturalmente -, fortalecer a visão do assistente social como profissional que atua para viabilizar acesso aos direitos, aprimorando as políticas e ações já desenvolvidas neste sentido (2011, p. 99).

Para tanto, também se faz necessário lutar para que exista um sistema de comunicação público, com estímulo a pequenos veículos e a produção independente, pois entendemos a comunicação como um instrumento histórico

e indispensável para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Existem iniciativas no Brasil em busca da universalização do direito a informação e comunicação, como por exemplo, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação<sup>18</sup>, que está na luta por um país democrático onde todos tenham acesso à informação e comunicação.

O coletivo Intervezes<sup>19</sup>, uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil, formado por ativistas e profissionais com formação e atuação nas áreas de comunicação social, direito, arquitetura, artes e outras, distribuídos em 15 (quinze) estados brasileiros e no Distrito Federal, também trabalham para promover o direito à educação e para que ele seja apropriado e exercido pelo conjunto da sociedade na luta por uma sociedade democrática, justa e libertária, construída por meio da autonomia, dignidade e participação de todas as pessoas.

Temos também, a Lei da Mídia Democrática<sup>20</sup>, Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica que dispõe sobre a comunicação social eletrônica, de forma a regulamentar os artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal, fruto da campanha “Para Expressar a Liberdade – Uma nova lei para um novo tempo”, iniciativa do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC e nasceu da mobilização de dezenas de entidades do movimento social brasileiro, reunidas em São Paulo, no dia 4 de maio de 2012, durante o Seminário Desafios da Liberdade de Expressão.

Voltando para a questão digital, pensando que a partir das demandas expostas dos idosos no município, o acesso à informação e ao conhecimento seria essencial para que este pudessem encontrar meios de sanarem tais demandas e de exercerem a cidadania, pensava que a inclusão digital seria uma possibilidade, porém, quando iniciei a pesquisa sobre o acesso que a população de Morretes tem as TIC's, verifiquei que a quantidade de acessos à banda larga no município de Morretes em Dezembro de 2014 obteve o número

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.fndc.org.br/> Acessado em: 08/06/2015.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://intervezes.org.br/quem-somos/> Acessado em 08/06/2015

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/projeto-de-lei/> Acessado em: 08/06/2015.

de 1.219 acessos, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, e em Abril desse ano o número de acessos foi de 1.214.

Considerando que a população estimada para este ano segundo o IBGE é de 16.381 habitantes no município, o acesso à internet não chega a 7% da população morretense, bem como poderemos ver que, dos domicílios pesquisados, o acesso a microcomputador chega há pouco mais que 16%, enquanto mais de 90% dos domicílios possui televisão e quase 85% possui rádio, conforme TABELA 13:

TABELA 13 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, SEGUNDO BENS DURÁVEIS – 2010

BENS DURÁVEIS	Nº DE DOMICÍLIOS
Número de domicílios particulares permanentes	4.733
Rádio	3.984
Televisão	4.355
Máquina de lavar roupa	2.881
Geladeira	4.544
Telefone celular	4.072
Telefone fixo	1.279
Microcomputador	1.276
Microcomputador - com acesso à internet	774
Motocicleta para uso particular	942
Automóvel para uso particular	1.837

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

NOTA: Posição dos dados, no site do IBGE, 18 de agosto de 2014.

Diante disso, podemos dizer que existe um grande contingente populacional morretense excluído do acesso direto as informações veiculadas virtualmente, informações que podem ser essenciais para o controle social e exercício da cidadania, para gestão de suas vidas e emancipação social, conforme com o que este trabalho vem problematizando.

Por outro lado, vemos uma grande porcentagem da população de Morretes que utiliza outras tecnologias de informação e comunicação, neste caso a televisão e o rádio, nos levando a pensar que existe uma grande massa sendo influenciada diretamente por esses meios. Isso também é visível nas pesquisas nacionais, como mostra a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 - PBM 2015, que informou que a televisão segue como meio de comunicação mais acessado pelos brasileiros, e o rádio continua sendo o segundo meio de comunicação mais acessado, onde os entrevistados que disseram ouvir rádio todos os dias, subiu de 21% em 2014 para 30% em 2015.

Os meios de comunicação, os quais fazem parte das TIC's, estão submetidos à legislação específica, presente nos artigos 220 a 224 da Constituição Federal – CF (1988). Esses meios ora são financiados integral ou parcialmente pelo Estado, por meio de concessões, ora são financiados por fundações privadas. Porém, conforme na CF são considerados órgãos de utilidade pública, regulados direta ou indiretamente pelo Estado.

Em resumo, abarcando o que foi exposto até aqui sobre a realidade concreta da população idosa do município e das outras demandas expostas, podemos apontar 4 (quatro) grandes tópicos de demandas sociais no município de Morretes: déficits na saúde do município; retrocesso ou privação da participação e controle social; taxa alta de analfabetismo e precarização do acesso à informação via TIC's.

Ora, se a população idosa necessita encontrar soluções para as demandas na saúde, em busca de um envelhecimento saudável, e se estes sujeitos estão sofrendo retrocesso ou privatização na participação e controle social, bem como no exercício da cidadania. Se 16,4% desses idosos não sabem ler ou escrever e não acessam informações veiculadas virtualmente, como será possível desenvolver alternativas que viabilizem a inclusão social e digital desses sujeitos, de maneira que contemplem suas realidades, possibilitem participação democrática e cidadã e garantam seus direitos?

Bem, certamente folders descritivos sobre o Estatuto do Idoso não serão suficientes para que essas pessoas se emancipem, afinal elas não

sabem ler. Talvez a inclusão digital? É uma possibilidade, mas como se apenas 7% acessam a banda larga no município, e acessar informações virtuais, na maioria das vezes implica em ser instruído a ler e não somente isso, a manusear essa ferramenta. Resta-nos, portanto, apostar nas mídias mais acessadas pela população brasileira, que também são as mesmas do município em questão, as quais são a televisão e o rádio, neste caso, como já exposto, a mídia rádio.

Sabemos que ainda é incipiente a utilização dos meios de comunicação - os quais são parte das TIC's - por assistentes sociais. Porém, vislumbra-se que a comunicação cada vez mais ganha espaço atualmente, nos levando a questionar, por que não utilizar essas tecnologias como meio de difusão de informações acerca dos direitos e deveres sociais e das inúmeras políticas públicas, ações, programas e recursos, bem como a seguridade social, políticas de gênero, etnia, raça, etc.

Diante disso, torna-se emergente, que cada vez mais os profissionais do Serviço Social estejam à frente da mídia, ainda mais por serem potenciais formadores de opinião e por toda vivência que a profissão proporciona com os sujeitos excluídos, como indica Espíndola (2011) “conquistar valiosos espaços de interlocução social que têm sido deixados à parte por nós, assistentes sociais”, e conforme indica Veloso (2010):

A intenção aqui é pensá-la como mediação, como integrante de um conjunto de instrumentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-instrumentais socialmente construídos que possibilitem à profissão alcançar as finalidades presentes em seu projeto profissional. Trata-se de um recurso que possui um potencial estratégico para o trabalho profissional. Sua importância reside na possibilidade de potencializar, de imprimir uma mudança qualitativa ao trabalho profissional, a partir de seu uso como recurso capaz de propiciar a ampliação das capacidades e habilidades profissionais. Trata-se, portanto, de um potencial estratégico, voltado não para os interesses dos segmentos dominantes da sociedade, mas para a consecução do projeto profissional, que confere prioridade à satisfação dos interesses dos (as) usuários (as), dos segmentos populares e menos favorecidos (2010, p. 525).

Portanto, proponho com uma possível materialização de tudo que foi exposto até aqui, a criação de uma rádio comunitária<sup>21</sup> no município de Morretes, que tenha como fundamento democratizar a informação, incluir os sujeitos excluídos, onde possa se trabalhar com equipes multidisciplinares e com a sociedade civil, envolvendo profissionais do Serviço Social, da área da Comunicação Social e os sujeitos historicamente invisibilizados, com apoio dos conhecimentos desenvolvidos na Universidade, conforme Espíndola (2011):

Refletir sobre o processo de comunicação no exercício profissional do assistente social deve, portanto, se constituir num ponto importante de análise e de intervenção junto às diversas expressões da “questão social”, elevadas regularmente à condição de matérias midiáticas, no cotidiano da vida social das diversas cidades do país (2011, p.228).

Mais informações sobre a rádio comunitária, como por exemplo, descrever como poderia ser feita essa rádio, como angariar recursos para tal, quais modelos de rádio comunitária existentes no Brasil deram certo e podem servir de modelo a médio e longo prazos, e como o trabalho da assistente social poderia ser útil nesse sentido, estão no rodapé. Acessando o link da página da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão – AGERT, é possível acessar informações sobre o que é e como criar uma rádio comunitária, bem como outras informações nesse sentido.

---

<sup>21</sup> Informações sobre o que é uma rádio comunitária e como habilitar uma está disponível no link: <http://www.agert.org.br/index.php/component/content/article?id=12042:o-que-e-uma-radio-comunitaria> Acessado em 10/06/2015.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que o acesso as TIC's ainda é desigual em Morretes, e cogitou-se a criação de uma rádio comunitária como alternativa de enfrentamento a exclusão digital e social, pois a mídia rádio é presente em grande parte dos domicílios da região. Para tanto, se faz necessário aprofundarmos o debate sobre as TIC's no interior da profissão e na academia, além de reavaliarmos o papel de educadores sociais, e da potencialidade desses esses meios que podem ser estratégicos.

A democracia no Brasil não pode existir sem a efetiva democratização dos meios de comunicação. Sabemos que o acesso à informação, comunicação e tecnologia ainda é desigual, o que caracteriza um recuo no exercício da cidadania, pois tais fatores estando disponíveis são fundamentais e estratégicos para democratizar o acesso, divulgação e produção de informações, ideias e teses.

Não estou dizendo que o acesso a tais tecnologias sejam a “salvação” da humanidade, ou o fim de todos os problemas gerados pelas desigualdades sociais, mas conforme pudemos ver é que ao menos tais tecnologias podem ser meios para se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, se usadas com vistas a estes objetivos, apesar de historicamente as TIC's estarem a serviço de outros interesses.

Portanto, faz-se necessário ultrapassar o imediatismo da utilização técnica das TIC's, imposto pela urgência de qualificação exigida pelas inovações tecnológicas, onde ficamos vendados para usufruir de outros modos essas tecnologias, de tal modo que passamos a ser profissionais com competência crítica frente aos meios de comunicação e informação.

A partir do que pude observar durante minha participação no PDUR, constata-se que é possível pensar em alternativas para que os sujeitos excluídos acessem de forma democrática a informação e comunicação. O Observatório de Geotecnologias Sociais é um exemplo de tecnologia onde temos profissionais do

Serviço Social envolvidos em sua construção, tornando-o uma ferramenta de enfrentamento das desigualdades sociais.

Meu objetivo em propor a utilização da rádio como instrumento para enfrentar as desigualdades, a priori, foi compreendendo que, caso o acesso dos sujeitos que o Observatório tem por objetivo atingir ainda sejam privados do acesso a essa ferramenta, através do rádio almejamos uma possibilidade de disponibilizarmos algo como um “Observatório Verbalizado”, onde na organização comunitária em volta de uma rádio, tenha ao menos uma pessoa que acesse o Observatório, essa pode transpor as informações via radiodifusão.

Percebe-se também, a importância de abrangermos os estudos e pesquisas em torno da temática das TIC's no âmbito acadêmico, bem como sobre a exclusão digital e a democratização da comunicação e informação. Não somente isso, como o compromisso dessa Universidade é com a comunidade, e sabemos que muitos que ingressam neste curso vem de uma lógica de desigualdade, vale pensar na possibilidade de incluir cursos de informática, com a promoção do debate quanto ao uso crítico desses meios.

Além da proposta quanto à rádio, é preocupante a questão de não existir um Conselho Municipal do Idoso no município de Morretes, portanto entendemos que se faz urgente a criação do CMI, por se tratar de uma importante instância de participação da comunidade que, se fosse implementada, poderia ser um aparelho efetivo para materialização dos direitos dos idosos no município. Este seria um espaço significativo para expor e debater as necessidades e anseios desse segmento, encaminhando propostas aos poderes municipais, principais responsáveis pela execução das ações.

Segundo o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos – CNDI é importante criar o conselho para: estimular os idosos a participarem da formulação da Política Municipal do Idoso - PMI; sensibilizar os Poderes Públicos municipais quanto às responsabilidades no atendimento das demandas do segmento em consonância com as políticas públicas do idoso; buscar parcerias que promovam os direitos dos idosos; incitar a organização de

idosos e sua efetiva participação social, visando sua integração e exercício da cidadania; fortalecer o papel do Conselho Municipal enquanto órgão interlocutor entre a sociedade e o Poder Público; cooperar na formulação de ações locais de promoção da pessoa idosa, além de fiscalizar, supervisionar e avaliar a implementação da Política Nacional do Idoso - PNI e do Estatuto do Idoso; impulsionar e apoiar ações concretas em favor dos idosos visando assegurar sua continuidade.

O Conselho Municipal do Idoso - CMI é o órgão de representação dos idosos, e constitui um importante aparelho de controle democrático das ações governamentais e privadas desenvolvidas para um efetivo atendimento ao idoso, garantindo o direito de participação cidadã na definição das políticas de atenção ao idoso.

O papel do CMI é consultivo, normativo, deliberativo e formulador de políticas dirigidas à pessoa idosa e, portanto, fica como proposta para os gestores municipais usarem da vontade política e dos demais meios disponíveis para mobilizar a sociedade a fim de incentivar e protagonizar o exercício da cidadania da pessoa idosa, operando a criação de um Conselho do Idoso no município de Morretes.

Por fim, conclui-se que urge a necessidade de aprofundarmos este debate no interior da profissão, de reavaliarmos o papel de educadores sociais, e compreender a relação da profissão com os meios de comunicação, e de como esses meios podem ser estratégicos para mobilização social, onde a democracia é à base de sustentação, conforme Figueiredo (2011):

Se por meio do som e da imagem o assistente social se comunica melhor com o usuário, de que forma então é possível otimizar nosso trabalho? Como cidadãos, o engajamento na luta por justiça e igualdade social é fundamental. Mas, como profissionais, é necessário buscarmos elementos para a construção de possibilidades mais qualificadas. Nesta perspectiva, identificamos a mobilização social como uma alternativa (2011, p. 336).

Diante desta afirmativa, e da retórica de que entendemos o Serviço Social enquanto uma profissão especializada no trabalho coletivo, que tem na questão social seu objeto de trabalho, onde sua atuação acontece também no campo do conhecimento, sendo um profissional com potencial para formar opiniões e consensos, ponhamos às mãos a obra para conquistarmos espaços na mídia, onde possamos viabilizar informações como um direito inalienável e continuemos na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, pensando em novos instrumentos para a transformação social e na democratização da comunicação.

## 7 REFERÊNCIAS

ABREO, Ana Carolina S. B. FÁVARO, Cláudia Renata. Demandas de Serviço Social no Setor Empresarial. Revista Uel. Londrina. 2005. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v4n1\\_demandas.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n1_demandas.htm) Acesso em: 25/04/2015

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <http://textocsp.bvs.br/metaiah/metaiah.php?lang=pt&topic=429&graphic=yes> Acesso em: 05 Jul 2014

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) Acesso em: 05 Jul 2014

\_\_\_\_\_. Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm) Acesso em: 07 Jul 2014

\_\_\_\_\_. Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe da participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da Saúde e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.html) Acesso em: 07 Jul 2014

CAVALLI, M. O Serviço Social no Setor Empresarial: possibilidades de enfrentamento da questão social. Revista Intertemas. Toledo, 2008. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1830/1738> Acesso em: 28/03/2015.

Caderno do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social de Morretes (IPARDES). 2015. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=30](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30) Acessado em 10/03/2015.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Ferramentas de Tabulação. Disponível em: [www.tabnet.datasus.gov.br](http://www.tabnet.datasus.gov.br). Acesso em 25/10/2014

DAHMER Gilson; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória; HOELLER, Silvana Cássia;; Organizando as comunidades do campo em Morretes, Paraná, na busca por uma educação do campo. 4º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul. 2012. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/13137/8741> Acesso em: 10/05/2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Editora: Cortez, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 05/11/2014

Lei nº8.080 de 19 de setembro de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm) Acesso em: 26/03/2014.

LIMA, M. J. de O.; COSAC, C. M. D. Serviço Social na Empresa. Revista Katálysis, Florianópolis –SC, p. 235-246, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6116> Acesso em: 30/03/2015

LOJKINE, Jean. A Revolução Informacional. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SALES, Mione A; RUIZ, Jefferson L. de S (Org). Mídia, Questão Social e Serviço Social. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Portal da Saúde. Disponível em: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br). Acesso: 05/03/2015

QUEIROZ, Maristela. A Incorporação das Tecnologias de Informação no Âmbito do Serviço Social. ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, Vol. 4, N. 4, 2008. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/1829>  
Acessado em: 19/11/2014.

Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional  
– SUBPLAN/Morretes

VÁRNAGY, Tomás. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/04\\_varnagy.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/04_varnagy.pdf)  
Acesso em: 28/03/2015

VELOSO, Renato. Serviço Social, Trabalho e Tecnologia da Informação. Revista Em Pauta. UFRJ. Rio de Janeiro. 2011. v. 9. n. 27, p. 71-90. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2499/1933> Acessado em 15/11/2014.